Revista da Sociedade Brasileira de Geografia

BIBLIOTECA NACIONAL

Atual Comissão de Redação, os sócios:

2.º Vice-Presidente Gen. De Paranhos Antunes
1.º Secretário, Dr. Octacilio Alvares Pereira
Dr. Othon Costa
Dr. Virgilio Corrêa Filho
Carlos Pedrosa

TOMO LV ★ Complementos de 1947 - 1948 - Ano de 1949

1958

PRAÇA DA REPÚBLICA, 54 — Sob. RIO DE JANEIRO — BRASIL

TERRA E GENTE DO ACRE

Conferência do Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho (25-2-1948)

Antecedentes — Informados os Europeus de que, ao sul do continente americano já conhecido, havia um outro em que abundavam ouro, prata, pérolas, procuraram apoderar-se das novas terras, enviando suas naus e guerreiros para conquistá-las.

Em 1494, surgia o Tratado de *Tordesilhas*, dividindo o "Mundus Novus" em dois: o quinhão de Castela ao ocidente do da Lusitânia, cuja linha limítrofe cortaria a zona oeste da ilha de Marajó, no delta amazônico, estendendo-se para o sul por cima das futuras províncias do Grão-Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, até o rio da Prata.

Ante o combinado, descoberto o Brasil, no último ano do século XV, quer admita-se êsse descobrimento a navegadores espanhóis, quer a portuguêses, surgiram exploradores não só na costa atlântica, como na do Pacífico.

Nesta, em nome dos reis de Castela; naquela, enviados dos soberanos de Portugal, além de filhos de outras nações que se embarafustavam por vários recantos do país, no tráfico de produtos do lendário Eldorado.

Mal iniciado o século XVI, e feitos alguns reconhecimentos na ourela marítima da Terra de Santa Cruz, já o português Aleixo Garcia, na terceira década da centúria, transpunha as ribas do Paraná-Paraguai, penetrando nos domínios incaicos e, após duras marchas e embates cruentos, conduziu de retôrno ao Paraná valiosos despojos de objetos de ouro, prata e cobre, riqueza esta que os Guaranis presentearam aso espanhóis, depois de massacrar o destemido lusitano e seus companheiros.

Despertada, assim, a cobiça dos homens poderosos da côrte de Carlos V, puzeram-se em movimento, iniciando os reis de Castela e vice-reis do Peru a distribuição das terras sul-americanas por meio de "gobernaciones" a servidores seus, sendo que algumas dessas mercês se estendiam à região, hoje chamada Acre.

Antes de Francisco Pizarro conquistar o Peru, uma Carta-Régia, datada de 7 de Julho de 1529, entregava-lhe duzentas léguas de terras na costa do oceano Pacífico, que "no podia ir mas allá de las tierras pertenecientes al Perú". Contudo, alguns historiadores acham que êsse privilégio alongava-se até a planície amazônica, abarcando nesse desdobramento a Acreania atual, uma vez que compreendia a fração do continente que ia de 1º20' ao norte da linha equatorial até o paralelo de 14º50' ao sul.

Depois dessa conquista, foram feitas concessões a D. Pedro de Mendonza (1536), a Alvaro Nunez Cabeza de Vaca (1540), Domingos de Irala (1552), Gomez Arias D'Avila (1557), Juan Alvarez Maldonado (1567), Juan Ortiz Zárate (1569) e Martin Hurtado de Arbieto (1572), que deveriam atingir o futuro território acreano, com exceção da antepenúltima.

Pizarro e seus mandatários restringiam sua ação à cordilheira andina e quando se dispuzeram a descer a cumiada oriental da mesma, ficaram pelos altos dos rios Manu e Apuraro, ou desviaram-se para o sul, alcançando a região dos Chunchos ou Musos, já nas bacias do Mamoré e Guaporé.

Mendoza quedou-se nas margens do Paraguai, atingindo seus capitães as proximidades do paralelo 17º, distante ainda mais de cem léguas da fronteira sul acreana.

As «gobernaciones» de Nunez, Irala e Zárate possuiam os mesmos limites da de Mendoza, exceto na costa do Pacífico, e

iam do Rio da Prata até esbarrar com as de Serpa e de Silva, ao norte, cujo limite extremo austral era o paralelo de 6°20'.

Os dois primeiros levaram seus descobrimentos às cercanias do paralelo 14° de latitude sul, acercando-se mais do Acre do que Mendoza, mas ficando-se pela planície de Mojos, e o último nem a essa região atingiu.

A concessão D'Avila, com trezentas léguas de extensão, iniciava-se a O. da cidade de Huanaco, no meridiano de 75°30' de longitude W. de Gr., desde o paralelo de 10° de Lat. S. até o meridiano de 55°30' a Leste; dentro dos paralelos austrais de 1°30' e 19°, abarcando toda a Acreania atual, estendendo-se até a parte inferior da bacia amazônica, nas cercanias da atual cidade de O'bidos, chegando o concessionário a percorrer mais de cem léguas, sem abeirar-se siquer dos confins acreanos.

Quem, realmente, mais se aproximou dessa fronteira, foi Maldonado, que fundou Bierzo no Pini-Pini, alcançando o país dos Toronomas, onde fez construir uma igreja e casas, no vale do rio Madre de Dios, descobrindo dessarte, um dos mais importantes galhos do Madeira, cujos tributários da banda setentrional têm suas raizes no divisor de águas das bacias Purus-Madeira, já nas raias acreanas.

Chamou tôda a terra que descobriu de "Nova Andalucia", e chegou a ter notícias do «Gran-Paitite», império que se estendia a Este do país dos Toronomas, porém, frustrado nos seus desígnios pelos valentes indígenas das margens do famoso Amarumaio, a Corôa de Espanha transferiu uma porção de suas terras ao referido Zárate, só as recuperando depois da morte dêste, por novo ato real de 1586.

Não abrangia terras acreanas, pois sua extrema ao norte, estava a 12° ou 13° de Lat. S., mas, o mencionamos por ter sido o explorador que se avizinhou da região em estudo.

Resta Arbieto, a quem o vice-rei do Peru, D. Francisco de Toledo nomeou governador de *Vilcabamba*, escarregando-o da conquista de uma parte das Manaries e do fabuloso império *Guanaco-Marca*, cuja situação corresponde ao território, atualmente conhecido por Alto-Purus, não tendo, porém, Arbieto se embrenhado nas selvas dêsse último.

Isto quanto às expedições que subiram o Paraguai ou desciam de Cuzco, pelas vertentes do Manu ou do Beni. Das bandas do Apuparo ou Ucaiale, só consta a exploração Gaviria, que teria partido cêrca do paralelo de 9° de Lat. S., penetraria nas florestas do Tamaia, rumo ao Juruá, mas, não se sabe se o alcançou.

Os Incas, segundo os mais autorizados escritores, nunca baixaram até a planície a Leste do seu montanhoso império e, quando o rei Iupanqui resolveu descer, saiu no alto Manu, conhecido por Tono, desviando-se a expedição para o sul, internando-se no país dos Moxos, enleado do aranhol potámico Mamoré-Itenez.

Ao Norte do império Guanaco-Marca, Orelana descia o famoso Paranauaçu, a que crismou de Amazonas, em 1542; varando da costa brasileira o cacique-Virazu, com 14 mil índios e dois portuguêses, as selvas que a separam do Peru, onde aportou com um troço apenas de 70 homens, relatando tais maravilhas que daí resultou a expedição de Pedro de Orsua, em 1560.

No tocante aos lusos, tirante o citado Aleixo Garcia, o predecessor de todos os exploradores da hinterlândia sul-americana, e alguns dêles intrometidos nas expedições espanholas, os demais andavam "arranhando" o litoral atlântico, não passando a sua conquista para o norte, da fortaleza dos "Reis Magos", no nordeste brasileiro, ao findar o primeiro século da era cabraliana.

Longe, mui longe ainda estavam da futura Acrelândia, mas, na centúria seguinte, os homens que se apossaram da orla marítima, iam desdobrar-se e alcançar o "Rio Mar", procurando Pedro Teixeira, na sua espantosa viagem de 1637 a 1639, de Gurupá a Quito, explorar tôdas as bocas dos rios da imensurável bacia, mas, nem os seus missionários abeiravam-se de terras acreanas.

A região permanecia desconhecida, dando lugar a notícias confusas sôbre o Amarumaio, só falando os geógrafos no Beni, isso mesmo para fazê-lo afluente do Ucaiale. O Juruá, o Purus, o Javari se confundiam com o Amarumaio, Beni, Paucartambo, Azara, Rio de Cusco, não fugindo a êsse enrêdo o impenetrável Abuna.

Decorreram, assim, mais de três séculos e, os próprios missionários de Apolobamba, ainda na era de oitocentos, apenas contribuiam para aumentar o enleio.

Beleato, pelo fim do século XVIII (1795), no seu "Plano Geral" das Montanhas orientais do Peru, pertencentes à Coroa de Espanha e confins de Portugal, assinalava uma serrania ao oriente do rio Ucaiale, "ainda bastante encrespada", chamada pelo Padre Girbal "Cordilheira de los Remus", à qual descia dos altos orientais da provincia de Sicasica, nos manadeiros do Beni, considerado pelo autor, formador do Ucaiale, separando as águas dêste das de um imaginário Javarí, cuja nascente estava a 19°20' de Lat. E., próximas às cabeceiras do Pilcomaio, tido como formador do «Rio de la Plata».

As serras deviam corresponder ao que mais tarde se chamou de "Contameana", «Jaquirana», «Môa» e as alturas do divisor de águas das duas grandes bacias.

O rio Javarí, a leste da cordilheira, riscado por informes dos índios, ligavam o Javarí ao Juruá, êste ao Purus, cortando tôda a atual Acreania e levando-o até a esquerda das nascentes do Paraguai.

A Leste da cordilheira, estava escrito "Países incógnitos", desde a banda austral do Amazonas até 12° de Lat. S., estendendo-se para o oriente até o rio Madeira, compreendendo todo o Acre atual.

Só em 1861, um outro Maldonado conseguiu mostrar o verdadeiro curso do Madre de Dios, saindo no Madeira, acabando dessa maneira, com os caprichosos seguimentos que lhe davam.

Outros expedicionários seguiram-se-lhe, destacando-se entre êles D. Baltazar de La Torres, prefeito de Cuzco, em 1873, e o Padre Samuel Mancini que, antes de La Torres, percorreu em várias direções o território abrangido pelos vales do Beni e Madre de Dios, sem conseguirem maior aproximação das plagas acreanas.

E quando o Padre Nicolas Armentia, em 1884, anunciava haver descoberto o alto Aquiri, apressou-se no ano seguinte a confessar o seu engano, por ter descido a corrente denunciada e saído no Beni, verificando tratar-se do Tauamanu, o atual Orton.

Antenor Vasques e outros que exploravam industrialmente o Madre de Dios e seus afluentes, povoando-os, ficaram pelo Manuripe e Orton, só conseguindo notícia do Cuja, corrente fluvial que escorriam em 1898.

Das margens de Ucaiale, nada se conhece, além da exploração Gaviria já aludida, decorrendo séculos para que os missionários dêsse rio, cêrca de 1820, tivessem notícias do Cuja, corrente fluvial que escorria a Este que, tanto podia ser o Juruá, como o Purus, em vista dos caminhos seguidos pelos índios informantes: rios Tamaia e Sepáua.

A despeito do contínuo esfôrço dêsses missionários, a partir do século XVII, para seu povoamento e das explorações efetuadas por diversas pessoas, só o Padre Calvo conseguiu subir o rio Tamaia por três ou quatro dias, em 1857, ficando ainda mui distante das terras altas que separam as bacias do Juruá e Ucaiale.

E, assim, ultrapassava-se a primeira metade da centúria, sem que Peruanos ou Bolivianos penetrassem o solo acreano.

* * *

Os portuguêses nas suas penetrações pelo vale amazônico, reconheceram o Madeira e o Purus e até 6.°, o Juruá até 5.° e o Javarí até 5°30' de latitude Oeste, mas, não atingiram a parte superior dêsses rios, onde mais tarde fundar-se-ia o país, por excelência, do ouro negro.

Só pelo meado do século XIX, êle seria desvendado por genuinos brasileiros.

* * *

Antonio Raposo Tavares partindo de São Paulo, moço e robusto, após tormentosa e extensa trajetória, destrói aldeias do vice reinado do Peru e chega ao Pará, pelo Madeira, passa pela foz do rio Abunã, a poucas dezenas de milhas das raias acreanas.

No século seguinte, os Portuguêses fundam povoações na zona das cachoeiras da majestosa artéria fluvial e os «preadores de índios» e «coletores de drogas» vão se intrometendo nas águas do Purus e do Juruá, a princípio, timidamente, e sòmente no terço inferior, afoitando-se mais, já no século XIX, atingida pela era de 1850, a zona do Pauní, na ribeira do Purus, e a do Tarauacá, na do Juruá.

É por essa época que o govêrno da recem inaugurada capitania do Rio Negro, julgando que êsses rios vinham da Bolivia, desejando abrir vias de comunicações comerciais, fez subir o preto pernambucano Serafim Salgado que, em 1852, ultrapassou

a foz dos rios Aquiri e Iacó, no Purus, sem reconhecê-los, e o Cametaurara; João da Cunha Corrêa sobe o Juruá, alcançando a boca do Juruamirim, já em terras do futuro Território, em 1858, sem, todavia, conseguirem o desiderato presidencial.

E' então que se organiza nova expedição, com o mesmo propósito e, entrega-se ao amazonense Manuel Urbano de Encarnação que, em 1861, além de ir muito adiante da atual fronteira acreana, a mais de três mil quilômetros de Manaus, penetrou nos rios Aquiri, Iacó e Chandless, sendo que, no primeiro durante vinte dias, calculando-se que haja atingido a barra do rio Xapuri.

Estava desvendada a futura Acreania. Cunha Corrêa descobria a parte setentrional, no vale de Juruá, e menos de um lustro após Manoel Urbano revelava ao mundo a parte meridional, sulcando o Purus até perto de suas cabeceiras, e os três rios principais desta seção: o Chandless, antigo Araca ou Azara, o Iuacú, hoje Iaco, e o Iuaquiri, atualmente Acre, o qual deu nome ao famoso Território, porque nas suas ribas é que se desenrolou a luta mais importante contra o invasor boliviano, dando ensanchas ao govêrno brasileiro para escolha que abrangeu os vales do Purus e do Juruá.

Os geógrafos e cartógrafos, porém, ainda não conheciam a região riscando os seus rios segundo os informes dos gentios e seus catequistas.

Houve quem ligasse o Madeira ao Paraguai, o Cuchiavara ou Purus, ao Amarumaio ou Beni; o Juruá e Purus originando-se do lago Titicaca; considerasse o Tefé e Jutaí maiores do que o Juruá, o qual até próximo ao meado de século XIX, não passava de mil quilômetros de curso, menos de um terço de sua verdadeira extensão.

Ainda há compêndios em uso afirmando nascerem os Juruá e Purus em território boliviano, quando, na verdade, nem dêle se aproximam, originando-se de terras peruanas.

A região que tomou o nome de Acre, era completamente desconhecida até o comêço da segunda metade do século XIX.

O próprio Duarte Ponte Ribeiro, grande conhecedor de nossas fronteiras, alvitrava, em 1844 que «as nascentes do Javari com a dos Ferradores ou com a do Abunã» servisse de «limites naturais em lugar de uma linha astronômica», com a Bolívia.

Havia uma distância geográfica entre essas fontes de cêrca de 9 graus, mais de seiscentos quilômetros de selva completamente desconhecida, tendo de permeio duas grandes bacias fluviais, com incontáveis galhos de volume os mais variados.

Os cartógrafos bolivianos chamavam-na de "Terras não descobertas".

A linha reta do Tratado de Madrid (1750), da bacia do Madeira em procura da nascente do Javari, combinada sem bases sólidas, seria afastada para Oeste, como fôra a de Tordesilhas, mais de dois séculos antes, ambas firmadas no romancismo dos viajantes e desnorteamento dos cartógrafos coévos.

Os lusitanos, já acompanhados de pernambucanos, com o seu arrojo, fariam recuar a velha divisória do Papa Alexandre VI, como outros destemidos nordestinos, destruiram a nova baliza traçada pelos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso (1777), uma centúria após.

O govêrno boliviano decretou a liberdade de navegação nos rios que banhavam seu território e despejassem no Amazonas, amparando o seu ato num convênio com os Estados Unidos, abrindo o comércio a tôdas as nações, repetindo êsse gesto mais tarde, quando os acreanos se insurgiram contra as autoridades bolivianas nas margens do rio Acre.

A diplomacia brasileira pôs-se em campo; Ponte Ribeiro, em 1841, e Rego Monteiro, de 1851 a 58, nada conseguiram, por ter a Bolivia perseverado na execução do Tratado de Santo Ildefonso, que não havia sido confirmado pela paz de Badajoz, em 1801, entre Portugal e Espanha.

Um decênio após assina-se o pacto de Aiacucho, pelo qual o plenipotenciário brasileiro Lopes Neto, apesar de nossa melindrosa situação a braços com a luta contra o Paraguai, conseguiu um ajuste de certo modo vantajoso para o Brasil, uma vez que modificava o ponto de partida da linha aludida e reconhecia o regime uti-possidetis, princípio êste que o Barão do Rio Branco mais tarde indicaria para a discussão e solução do caso.

Com êsse convênio, o Brasil perderia a região que se chama, atualmente, Acre, porém, o negociador brasileiro o assinou pensando que essas terras ficariam para o Brasil, uma vez que, segundo se diz, baseou-se no "Mapa da Linha Verde" de

Duarte Ponte Ribeiro e Isaltino J. de Mendonça Carvalho, datada de 1860, o qual risca o Javari até a latitude meridional de 10º 20', tendo aos 5º 30' a nota "Fronteira conhecida do Império do Brasil com a República do Peru" (10.º 20'). quatro retas que encontrariam o Javarí a 5º 30' 7º 5', 8º 4' e a 10.º 20', com a indicação neste último de «Linha de fronteira». Os rios Jutuí, Juruá, Tefé, Coari e Purus eram delineados em traços imaginários, ponteados de certa altura em diante, até a latitude de 10º 20'.

Por aí se vê como se andava tateando nesse particular, incluindo-se a zona do futuro Território, na área brasileira, realidade, porém, só efetivada pelo Tratado de Petrópolis a 17 de Novembro de 1903, que poria têrmo à contenda e incorporava à nossa pátria, rica região sòmente por brasileiros conquistada e povoada, alargando-a com afastamento de mais um meridiano, como já acontecera com o de Tordesilhas, mais de dois séculos antes.

Em 1865, o geógrafo inglês W. Chandless, explorava cientificamente o Purus e Acre, estudando seus primitivos habitantes, flora e fauna. Doze anos mais o tenente brasileiro Soares de Andréa inicia a navegação a vapor a bordo do *Andirá*, percorrendo 170 milhas dêste rio.

Chandless também subiu o Juruá, em 1867 não alcançando, porém, a zona, hoje federal, devido a oposição do gentio Náua, voltando dum lugar distante da sua linde 73 milhas.

A despeito dessas viagens, um dos luminares da geografia peruana, Mateo Paz Soldan, no seu "Dicionário Geogr. e Estat. del Perú" publicado em 1877, dizia que o Juruá, como o Purus e Aquiri, deviam ter sua origem na cordilheira que divide as águas do Urubamba, entre 8 graus e 12 graus de Lat. S. e 73 graus e 74 graus de Long. W de Greenwich, e acrescentava que anteriormente a exploração de Chandless, o Azara era o mesmo que o Purus.

O referido Paz Soldan, uns 15 anos antes, inseria na sua "Geografia Peruana" que o Javari vinha das florestas de Cuzco, segundo alguns autores e conforme, outros, era, apenas, um escoadouro de Ucaiale, opinião esta que o renomado geógrafo adotava.

* * *

A Terra — Todos os escritores que se referem às irregularidades do solo acreano, apontam-na, como sendo os primeiros patamares da cordilheira andina.

No entretanto essas elevações não representam mais do que o divisor das inúmeras correntes fluviais que o regam, cuja altitude varia conforme o volume do caudal a separar, notando-se maior altura no noroeste, nos manadeiros dos rios Môa, seu afluente chamado Azul e do Jaquirana, parte superior do Javari entre as grandes bacias do Juruá, e Ucaiale, onde se há encontrado cimos de mais de 600 metros, sôbre o nível do mar.

A serra do Môa, transposta pelo mesmo, cêrca de 15 quilômetros ao sul da do Divisor, de altura também notável, não passa de uma ramificação da do Jaquirana. A do Sanguru, ao sul do Môa, menos elevada, é apenas um enrugamento isolado do mesmo sistema. Nenhuma ligação tem com a cadeia oriental dos Andes, e além de não alcançar, nos demais setores 500 metros de altitude, ou sejam umas duas centenas de metros acima dos terrenos adjacentes, sem mostrarem grande relêvo, acham-se ainda na planície amazônica e bem afastadas das margens do caudaloso Ucaiale, cujo leito, em confrontação com as nascentes do Juruá, e do Purus, assenta num nível, que gira em tôrno de 250 a 300 metros na região do Parené, Tambo e Apurimace menos de 200 no curso inferior, distante ainda cêrca de 150 quilômetros geodésicos das lindes acreanas.

Na zona sul, correspondente ao vale do Madre de Dios, verifica-se na confluência dêste com o Beni menos de 160 metros acima do mar e na junção daquele com a Manu, cêrca de 200 metros, já a mais de mil quilômetros de sua foz.

Destarte, conclue-se que a planície continua além dessas serrarias, descendo a menos 200 metros em ambos os vales interpostos entre a Acreânia e os Andes, que se ergue aos poucos do outro lado do Ucaiale. E' certo, que essas terras se encontram e se encaminham de maneira a atingir os Andes, separando as bacias do Juruá da do Purus, e dêste com a do Ucaiale e dêste com a do alto Madre de Dios, mas separando apenas poderosas correntes fluviais, na maioria girando em tôrno de 400 metros nos manadeiros do Purus e do Juruá, para baixar a 300 metros ou menos na fronteira perúvio-acreana, chegando êste desnivel a perto de 100 metros na parte lindeira com o Estado do Amazonas e República da Bolivia.

Na realidade, a planície amazônica é levemente inclinada, elevando-se pouco a pouco, de sorte que ao atingir a foz do Purus e do Juruá, a mais de mil milhas do oceano Atlântico, mal ultrapassa a quota de 30 e 40 metros, respectivamente, e, ao acercar-se das raias acreanas, após um novo percurso de quase 1.300 milhas no primeiro, e, de mais de 1.400, no segundo, varia de 110 a 150 metros acima do mar, verificando-se ao alcançarem o limite com o Peru, menos de 200 metros no Purus e pouco mais disso nas do Juruá.

Assim, o modelado, em todos os seus quadrantes é semelhante. A planície ondulada que vai da fronteira amazonense às peruana e boliviana, pouco se altera, sofrendo, apenas, um rebaixamento nos vales do Purus, e do Acre, para se alterar nos do Tarauacá e Juruá, emergindo o enrugamento com mais fôrça no meridiano do Chambuiaco, a 11° de Lat. S. e no do Embira, aos 10° da mesma Lat., superados, sòmente nas serras donde promanam o Paraná dos Mouras, a 8°04' de Lat. S. e o Jaquirana, a 7°08' que se estende para o sul até cêrca de 7.° 40', donde se afasta da fronteira para tomar o nome de serra do Môa e, não Contamana como consta das cartas geográficas e livros, a qual tem êsse nome por ser cortada pelo rio de igual denominação. Nas terras fronteiriças ao Peru, que ficam por traz da serra da Môa e da do Sunguru, entre 7°20' e 7°45' que os geógrafos da Comissão de Limites intitularam de «Serra do Divisor» a altitude varia de menos de 200 a cêrca de 300 metros, num desnivelamento superior a esta quota.

Entre as águas dos rios Liberdade e ao sul do oeste da de um formador da bacia do Juruá, há umas elevações calculadas ao redor de 300 metros.

Numa área de cêrca de 800 quilômetros de norte a sul e 200 de E. a O., encontra-se inestrincável aranhol formado por duas grandes bacias fluviais, separadas, apenas, pelas alturas do *divortium-aquarium*. Em certos lugares, o entrelaçamento dos igarapés é tal que suas fontes são confundidas, topando o indivíduo que parte de um dêles em linha reta, com o leito de um outro de estranha bacia, acontecendo descer-se por um curso dágua na suposição de pertencer a um determinado vale e sair noutro muito diverso. A nascente de um contribuinte da bacia oriental ou setentrional pode achar-se ao sul ou oeste da de um formador da bacia ocidental ou meridional, reproduzindo-se êste acidente não só entre as médias como no seio das pequenas correntes.

Há mesmo o fenômeno de uma idêntica vertente, igapó o pantanal servir de manadeiro a ribeiros que correm para bacias diferentes.

Êsses dois rios, para onde escoam tôdas as águas acreanas, com exceção das do Abunã, vão incidir no Solimões, aonde chegam com um percurso superior a três mil quilômetros, equiparando-se, dessa forma, ao Madeira, únicos contribuintes do Rio Mar, que superam aquela cifra.

Ambos se parecem muito no seu aspecto físico, pelo que foram cognominados de «rios irmãos». Há quem diga ser o Purus o mais sinuoso dos afluentes do Amazonas, outros, porém, acham que nesse particular o Juruá o supera, tanto que a significação do seu nome — Juruá — quer dizer — rio dos caracóis — ou cheio de curvas.

Além disso, nota-se que por ser o Juruá mais estreito, suas curvas são mais frequentes e mais fechadas (agudas), ao passo que no Purus, mais amplo, suas voltas menos apertadas, tem um arco mais amplo, indicativo de se achar num estado mais adiantado de fixação, já não surgindo com tanta frequência como no Juruá, o fenômeno erosivo denominado "furo do sacado", que vai aos poucos reduzindo o curso do rio, podendo amanhã, o Juruá perder a sua categoria de maior tributário do Amazonas em favor do Purus.

A monotonia morfogênica da parte inferior dessa duas bacias penetra no Território do Acre, transpõe-na e vai morrer próximo aos seus manadeiros, onde se alteia mais acentuadamente, para duplicar as vêzes a altitude ambiente, em alguns, para só triplicar nas faladas serras do Môa e do Jaquirana.

Sua forma geognóstica varia do *quaternário* ao *primário*, calculando-se em 12.000 k2 a área correspondente ao quaternário, 126.437 k2 a do terciário; 9.500 a do secundário e a primária numa pequena extensão na alta bacia do rio Môa.

Os depósitos mais recentes nas várzeas e igapós incluem-se no quaternário, sendo terciários os terrenos em que há areias, argilas, calcáreos e alguns arenitos, formando a chamada "terra firme".

A secundária está representada principalmente nas serras do Môa e do Jaquirana, descobrindo-se ùltimamente nessa região «eruptivas filiadas a um magma granífico, onde também foi encontrado um fóssil carbonífero, abrindo assim novos horizontes aos estudos do paleozoico, que corresponde à era «primária».

Nessa ocasião (1936) descobriram-se fontes de água quente e ferruginosa, além de vários fósseis, material êste que se tem encontrado em todo o Território, d sde a sua descoberta, em 1865, não sòmente na zona sul (bacia do Aquiri), como na do norte (bacia do Juruá), principalmente durante a vasante no leito pedregoso ou encachoeirado dos rios.

Esqueletos, costelas, fémures, ou fragmentos de ossos, como restos de crocodilos, reptis, tartarugas, mastodontes, etc.

Há também madeiras silicificadas das quais os índios fazem "machados de pedra", como se há verificado no Tarauacá, onde se vê nos penhascos — "troncos de árvores incrustados, petrificados, bem como raizes, ao pé de grandes lages, onde se encontram antigas ossadas de ancestrais ante diluvianes".

* * *

A vegetação é una na orla fluvial, nas matas, nos oiteiros e serranias, a não ser reduzida fimbra no topo das praias, em que se notam arbustos ou arborecentes, e certos pantanais pelo interior de onde partem alguns rios de água escura, perdura continuamente a mataria secular e verde, cuja monotonia é quebrada, vez por outra, pela fronde sobranceira de alguma "samaúmeira".

O observador que não sai de bordo de uma embarcação, pensa haver sòmente dois elementos: água e vegetação, tal o domínio de ambos na época da alagação.

No estio, é que se pode calcular como a terra predomina, se bem que sobrepujada pela majestade da floresta infinda.

O campo visual do viajante é diminutíssimo, tornando a paisagem, na época da enchente, reduzida ao estirão do rio que o vapor procura vencer ou a curva a montar, raramente aquêle ultrapassando de meia légua e esta algumas centenas de metros, circunscritos pela mataria.

No verão, outros elementos compõem o cenário. O arvoredo continua a dominar, mas, havendo a água se escoado, emergem pratas bem alvas dando outra tonalidade ao ambiente e um barranco escuro, entremeado de vez em quando por exibições argilosas de côres variegadas.

Não se deparam lagoas no seu interior. Apenas os terrenos mais baixos são alagados pelas cheias, havendo muitos lagos próximos às margens dos caudais, alguns com vários quilômetros de extensão, conservando suas bordas o mesmo aspecto dos rios de que se desprenderam pelo seccionamento chamado "sacado". Raros os que perdem a sua forma alongada, curva ou tortuosa, devendo ser muito antigos os que se afastam de sua configuração natural, atendendo-se às enxurradas contínuas nas estações chuvosas, ou por serem de porte muito reduzido.

A maré montante da inundação tudo vence, tudo submerge, tudo traga, e nessa fúria, transpõe o último dique, os barrancos mais elevados e cai no escuro, quieto as vêzes abandonado reservatório lacustre, avolumando suas águas, enchendo-o de novos sedimentos e tronqueiras, transfigurando-lhe o contôrno e até mesmo entulhando-o e entupindo-o, fazendo com que êle desapareça, surgindo, assim, um novo descampado que, em poucos anos, a exuberância das novas terras, supera-o, sufoca-o, igualando-o à floresta secular circundante.

Êsses rios ainda não encontraram seu leito definitivo, parecendo grandes oficinas em movimento. Não descançaram, não cessam de trabalhar. Sua mecânica é destruir para organizar: derruindo barrancas, arrasando praias, desprezando trechos mais sólidos capazes de lhe oferecerem um leito mais seguro, estável, definitivo. E não é impossível, uma vez que as terras chamadas "firmes" estão nas proximidades, oferecendo paredões mais consistentes, fixando de maneira mais duradoura a sua enorme calha.

A paisagem só apresenta alterações no verão. O verde escuro da floresta domina, variando em nuanças mais ou menos claras, segundo a presença dos arbustos e arborescentes, entremeiados de palmeiras, desfigurando-se o cenário quando o terreno se eleva, deixando ver barreiras de matizes variegados.

Na estiagem, destaca-se o barranco em geral, de côr escuro-parda, escarpado, deixando, as vêzes, grandes blocos ou torrões de areia ou barro, a formar escadarias com

degraus informes e desmedidos, difíceis de uma escalada.

Na margem oposta alvas *praias* de areia grossa ou fina, raramente manchadas de amarelo ou escuro, formando o convexo do rio, refreiando a correnteza das águas, subindo da beira destas, onde se nota certa matéria arroxeada, conhecida no local por "caparrosa", suave ou abruptamente até o tôpo, onde arbustos variados limitam seu contôrno.

* * *

O Homem — O Território do Acre tem seus pontos extremos ao N., na origem do rio Javarí e ao S. na fonte oriental do igaparé Baia, a 7º06'51"; e 11º11"8", respectivamente, de latitude meridional; e a E. do rio Abunã e a O. na serra do Divisor 66º39'09" e 73º5', ambos de longitude oeste de Greenwich, e era no século do descobrimento da Sul América ocupado por silvícolas, cuja raça é de difícil fixação.

Segundo os antigos, o mediterrâneo entre a banda oriental do Ucaiale até o Mamoré chamava-se império del ENIM ou GRAN-PARU, prolongando-se o de GRAN-PAITITI de O. a E. até a costa marítima, numa extensão de 750 léguas e de N. a S. estirava-se por 360 léguas, indo esbarrar no rio Orelana, devendo compreender êste as terras acreanas, porém, Luiz Ullôa denomina de GUANACO-MARCA, a área que corresponde ao alto Purus, justamente onde se encrava o Acre meridional, talvez uma sub-divisão dêsse império.

A Oeste do Ucaiale estava o país conhecido por Pampa do Sacramento e na cordilheira andina, a começar de 1º20' austral, o extenso império incaico.

Segundo Cortés, os tupi-guaranis iam do sul ao norte do Brasil, por essa época, deparando o governador Maldonado, nas margens do baixo Manu, os Toronomas, nação esta pertencente a família Takana e tão poderosa que repeliu o domínio espanhol na região durante mais de três séculos.

Contudo, vejamos o que ocorre no tocante a Acreânia.

Os etnologistas mais autorizados achavam que gentes da raça Aruaque dominavam as bacias do Purus e Juruá o que foi confirmado de modo geral em tôda bacia puruense e seus galhos, mas quanto ao Juruá não aconteceu o mesmo.

Os primeiros exploradores do vale, foram encontrando já no curso médio, gentio de outra raça, fato êste confirmado à proporção que se iam apossando da parte superior do mesmo.

Antes disso, porém, ainda na última década do século XVII (1691), o Padre Samuel Fritz registrava na margem direita do Ucaiale, tabas como tidas da família Pano, com os extintos «Auanatêos», os «Manamabobos» e os «Cunius», localizados de 7º a 9º austrais, justamente na parte que correspondia ao Juruá federal.

No seu «Mapa» de 1707, o referido catequista, fundador de inúmeras aldeias no Maranon e Solimões, consignava os «Cunivosí» aos 9.º, como fizera anteriormente com os «Cunius» a E. do Ucaiale, os «Piros» cêrca de 10.º e os «Campas» aos 10º30, já delineando a posição das duas grandes famílias — os Panos fronteiros ao Juruá e Aruaques às fontes do Purus com alguns morros isolados a Leste.

Um decênio após o incansável catequizador noutra carta geográfica mantém a mesma colocação de 1707, não só referente ao gentio, como aos cêrros.

Olmedilla, seis a sete decênios mais tarde, fixava os «Cunibus» cêrca da mesma posição de Fritz e os «Soboias» (tribo Pano) numa serrania à margem esquerda do Javarí bem como os «Capanavas» entre o Javari e Ucaiale, e os «Navenas» talvez os «Nauas» no meio do Jutaí e do Juruá.

Baleato, um século após ao primeiro mapa de Fritz (1795), já nos fornece dados mais completos, situando os «Ramus» de 7º a 9º meridionais, os «Capanaus» ao ocidente dêles, e os «Conivos» de 9º a 11º, todos de lingua pano. Os «Piros» estavam no ângulo formado pela confluência do Apurimac com o Beni, considerado êste a continuação do Ucaiale.

O Padre Plaza ou D. Manoel Amez, supostos autores de um «Mapa das Missões do Ucaiale» (1833), riscavam dois caminhos indigenas, que eram ao mesmo tempo afluentes do Ucaiale em direção ao rio a que denominavam de Cuja, um que seguia o curso do «Tamay» (cêrca de 8º35,) e o outro no «Sipahua» (cêrca de 10º45') subindo por aquêle os índios «Conivos» (Pano) e pelo segundo os «Piros» (Aruaque), ainda caindo no êrro de ligar os dois caudais, como se

fôra um só Juruá e Purus, sob a denominação de "Cuja".

Como já falamos, à proporção que os sertanistas iam subindo essas correntes fluviais encontravam gente aruaque em todo o Purus mas, não assim relativamente ao Juruá.

Em 1858, João da Cunha Corrêa, descobria no alto Juruá os Naus da lingua Pano. William Chandless, nove anos após, era impedido de ir as cabeceiras dêsse rio pelo mesmo gentio.

Mas, sem se poder explicar, transpondo a bacia puruense ocupada por subfamílias aruaques, parava-se na região das cachoeiras do Madeira e Abunã os Capirunas, em 1871, dizendo Almeida Serra, que alguns dêles tinham bigode e barba, como acontece entre os seus irmãos Poianaus do rio Môa, no Juruá, sendo que o Padre Bartolomeu Rodrigues, em 1714, já falava nos Cavaripunas, talvez corruptela daquele gentílico, na mesma zona.

Tareo Haenke, em 1794, já ouvia Pacaguara, também panos, falarem sôbre o curso do Manu, atual Madre de Dios.

Não há elementos para determinar quem primeiro aí dominou.

Parece que os panos vindos das margens do Ucaiale, onde já estavam no século XVII, foram infiltrando-se para o oriente, tanto que no fim desta centúria já eram ali vistos e cem anos após os cerros de Contamana, Jaquirana e Môa eram conhecidos com o nome de «Remus» um dos seus grupos que ainda por ali mourejavam no século atual, e assim foram alargando o seu domínio, passaram ao Juruá, indo esbarrar no *divortium aquarum* dêste com o Purus e da luta travada com os aruaques, um grupo que se excedera, desgarrou-se e formou a ilha que se vê desde o século XVII nos vales do Madeira, Beni e Mamoré.

Parece a versão mais verossimil, uma vez que na época em que os Panos viviam entre 7.º a 9.º no Juruá, já os aruaques se achavam em terras adjacentes aos manadeiros do Purus.

Foram encontrados no Purus, os Ipurinás, cujo país se estendia por 300 milhas interesando os rios Aquiri e Iaco; Canamaris, principalmente, neste rio; os Manetenéris, pelo Purus acima; já se notando na sua parte superior invasão de gente da lingua Pano, como os Mainauas, encontrados ali por Chandless.

No Aquiri ou Acre, os exploradores defrontaram-se com os Ipurinás, até dez dias de viagem; Catianas, nos campos de Palmares; Catianas e Canamaris no alto Acre.

No Iaco, ainda se viam Catianas misturados com os Canamaris, alguns Tucunarés o Inhumarés, também espalhados pelo Purus.

Na bacia do Juruá, desde o Jurupari e Embira até as serranias que o separam do Ucaiale, prevalecia soberania de gente da família Pano, salientando-se pela valentia e civilização os Jaminaus e pelo seu número os Cachinaus. Nos embates com os exploradores os Capanaus se destacaram, tendo vários encontros com os Nordestinos, sendo muito provável que êles sejam os verdadeiros Naus, que se opuseram à subida de Chandless, em 1867 e à de Antônio Marques de Menezes, em 1883, mas receberam bem João da Cunha Corrêa, em 1858 e os italianos Carlos Cani e Antônio Brozzo no ano seguinte, tudo dependendo de tática.

Ainda, hoje se bem que muito reduzidos os bandos indígenas da região, encontram-se algumas tabas, meio isoladas, e outros em contínuo intercâmbio com os civilizados.

O contato com êstes, além de moléstias, trouxe-lhes, a destruição de suas primitivas ocas, a dissolução de sua família, a ruína da maioria ou a fuga e dispersão para lugares ermos.

De índole quase sempre boa, não fazendo mais do que defender seus lares, mostraram-se bravos e destemidos, se bem que munidos de armas inferiores.

Contudo os mais pacíficos ou os submetidos entenderam-se com os dominadores e procuraram ajudá-los, no trabalho dêstes, apesar de estarem habituados com serviços outros, como a agricultura e a pesca. Atacados, porém, no âmago de seu coração, vendo suas mulheres e filhas maculadas, revoltaram-se, usando de represálias, que davam lugar a correrias dos intrusos, fatos que infelizmente, se reproduzem até os nossos dias, em menor escala, mesmo porque o elemento indígena está desaparecendo.

Convém assinalar que, também concorre para o seu decrescimento, o fato de suas mulheres já não desejarem mais de um ou dois filhos, como às senhoras modernas, aduzindo que, se assim não agirem, se-

rão abandonadas por seus maridos, por se envelhecerem prematuramente. Usam para tal fim um preparado de uma planta, cujo nome corresponde a «remédio do sangue».

Os cronistas davam ao Juruá quase meia centena de tribos, destacando-se entre elas duas: a dos *Urinas* e a dos *Cauanas*. Aos primeiros davam uma pequena cauda, e aos segundos reduziam-nos a menos de cinco palmos de altura, acrescentando que residiam no alto Juruá. Os exploradores e viajantes não se encontraram com íncolas possuidores dessas anomalias, não só no Juruá, como no resto da Amazônia.

Não seria impossível, tanto que há índios pigmeus no Congo Belga, com um metro e 20 centímetros, apenas, de alto e, ao N. da ilha de Luçon, nas Filipinas, topou-se com silvícolas portadores de apêndice caudal.

Tanto os Aruaques como os Panos pertenciam a família de certo grau de adiantamento na América. Entre os primeiros destacavam-se os Aruans, autores da cerâmica de Marajó, tão enaltecida pelos entendidos, e os segundos, vizinhos dos Incas, julgavam-se em pé de igualdade a qualquer outra raça, encontrando-se em seu poder, no século XVIII, manuscritos em papel vegetal, contendo, segundo revelavam, a tradição dos acontecimentos de seus antepassados.

Não se os pode equiparar às culturas superiores andinas, mas já pertenciam à fase da lavoura, que se acha acima do ciclo da coleta.

Os Cachararis (arauaques) usam um jogo de bola, que se aproxima do futebol.

Essas populações nativas iam ser deslocadas ou suplantadas por gente vinda do nordeste brasileiro, com escala pelo vale do Amazonas.

Cêrca de 1879, na bacia puruense e um decênio mais tarde, na do Juruá, suas tabas eram despertadas por homens estranhos e, a despeito da resistência oposta, foram vencidos, cedendo lugar a outros também possuidores de sangue indígena, se bem que em dose menor, estabelecendo-se na região uma vida nova, um sitema de trabalho a que, indivíduos mais inclinados à lavoura e inteiramente livres, não podiam associar-se de bom grado.

Esta luta titânica, travada contra a distância, as péssimas moléstias aniquiladoras, merece destaque, não comportando esta palestra sua narração e estudo.

DISCURSO DO DR. CASTELLO BRANCO NAS EMPOSSES DOS PROFESSÔRES ARTHUR C. FERREIRA DOS REIS E PAULA ACHILLES — RESPOSTAS DOS RECIPIENDÁRIOS

(9-9-48)

Empossе solene dos Professores Francisco de Paula Achilles e Arthur Cezar Ferreira Reis. — Sob a presidência do Sr. Ministro J. S. da Fonseca Hermes, reuniu-se em sessão Ordinária, na sede social, Praça da República 54, o Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Geografia, achando-se presente grande número de associados.

O Presidente declarou que a posse do Sócio Correspondente Professor Gabriel Karpf Muller, da Colômbia-Bogotá, será efetuada na Embaixada do Brasil nesse país.

Foi apresentada a proposta para Sócio Titular, do Sr. Ministro Adroaldo Mesquita da Costa, tendo falado para fundamentá-la o Sr. Comandante Oliveira Bello, que se referiu aos méritos do proposto como historiador e geógrafo, e bem assim mencionou os serviços por êle prestado à Sociedade.

O Sr. General José Vieira da Rosa discorreu longamente sôbre o clima de Santa Catarina, tendo feito comentários sôbre o assunto o Professor Mario de Sousa.

Em saudação ao Professor Arthur Cesar Ferreira Reis, que era recebido como Sócio Titular, ocupou a tribuna o Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, que tratou eruditamente da região Amazônica no seguinte discurso:

«Foi há mais de três lustros que tive, o prazer de conhecer Arthur Cesar Ferreira Reis.

Eu publicara ligeiras notas corográficas sôbre o Juruá federal, e isto chegara às suas mãos e interessava ao seu desmedido empreendimento de fazer reviver o passado da Amazônia, nas suas variadas modalidades, bem como expor a geografia da imensa região, nos seus diversos aspectos.

O Alto-Juruá, onde nessa época eu já labutava há mais de vinte anos, se me tornara familiar.

Tivera o prazer de travar relações com vários dos seus denodados desbravadores, atingindo o Acre setentrional, quando lá aportei, apenas, o seu segundo decênio de amansamento.

Convivi com êles, indagando tudo que interessava à sua conquista, homens êsses ainda horrorizados pelas cenas tétricas das retiradas ocasionadas pelo inclemente flagelo das sêcas no nordeste brasileiro.

Ouvi seus relatos, procurei acompanhar seu desenvolvimento histórico e econômico, apreciando a «sui generis» organização de trabalho alí implantada e a sociedade nascente, enfim, as transformações que a terra sofreu devido a ação do encontro de duas raças: a do caboclo mais oriental com o caboclo ainda selvagem da parte mais ocidental do nosso país.

Os peruanos já estavam nas imediações, porém, a sua penetração ainda cingia no curso inferior dos afluentes da majestosa Ucaiale, para muitos geógrafos, o verdadeiro formador do Amazonas e continuação do rio mar o Paranauacu, dos Tupis ou Kassa-ri dos Muras, porém, as selvas que sombreavam as terras e rios acreanos tinham, apenas, como senhores absolutos o indígena e o jaguar.

Defrontavam-se, respeitavam-se, entendiam-se, talvez.

Eis, porém, que o cenário da mataria se transmuta. Em lugar das espersas ocas das Nauas e sub-famílias, no vale superior do Juruá, no Taranacá e Embira, vão surgindo ligeiras tapiris de uma gente nova, já se considerando civilizada, mas ainda contendo nas suas veias sangue de raças aborígenes da antiga terra de Santa Cruz.

E, dentro em pouco, o caboclo destronava o velho, o soberano daquelas paragens que já fôra de outros menos destras, ou

menos favorecidos de inteligência e petrechos bélicos.

Sim, porque os Panos, de quem descendia o gentio encontrado naquelas ribeiras, vinham de outros sítios, procediam do alto Marañon, já tangidos pelos conquistadores castelhanos.

E, assim, fui me interessando pela sua história e escrevinhei o artigo que serviu de aproximação ao douto recipiendário de hoje, proporcionando-lhe depois u'a monografia, em que tratava mais pormenorizadamente, da história e da geografia daquele rincão brasileiro onde passei um quarto de século da minha existência.

Aproximadas por essas duas recomendações, aliás sem valia, tornamo-nos, amigos, sendo que eu nunca mais deixara de admirar o seu trabalho intelectual no sentido de tornar a querida gleba amazônica conhecida «urbi et orbi» enchendo suas apreciadas obras as estantes dos homens sequiosos de saber, o que houve, o que há e como se processa na Amazônia a sua evolução social e econômica.

E a atividade dispendida desde quando apenas iniciava o seu terceiro decênio de existência, nunca mais parou, avolumando-se a sua produção de tal forma que, em poucos lustros, já apresenta incontável bagagem científica e pertencente a várias instituições de feição histórica e geográfica, não só nos limites do nosso país, como fora de suas raias.

As minhas frases, não são, apenas palavras portadoras de amizade, traduzem a realidade, aquilo que efetivamente acontece, tanto que o afamado escritor português Jaime Cortesão assim se exprime a seu respeito: "Ninguém melhor do que Arthur Cesar Ferreira Reis, numa notável série de trabalhos, assinalou o caráter da obra heróica e de Estado da expansão amazônica".

Arthur Reis, desde jovem, que tinha pendor para a história, geografia e sociologia.

Vêmo-lo ainda simples ginasiano, ministrar aos próprios colegas lições de história e após a graduação em ciências jurídicas e sociais, com 21 anos, apenas, assumir a chefia da redação do *Jornal do Comércio*, em Manaus, e do gabinete da Junta Governativa que dirigiu o Estado do Amazonas, na revolução de 1930, presidindo, posteriormente o Partido Socialista dêsse Estado.

Dirigiu o Departamento da Educação na administração Alvaro Maia, tendo ocupado o cargo de inspetor de seguros, em Manaus, no ano de 1935; exercendo, simultaneamente, essas atividades, e o magistério, lecionando História, Sociologia, Economia Política, e Direito Internacional Público, no Ginásio Amazonense, na Faculdade de Direito e vários outros estabelecimentos.

Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, restabeleceu a Revista dessa benemérita instituição, tendo, ainda em Manaus, feito parte da Comissão encarregada de rever e retificar os limites dos Municípios amazonenses, que tinha como presidente o saudoso e prestante Comandante Braz Dias de Aguiar.

Transferido para Belém, não cessou o desvelado amor pela Amazônia, colaborando nos principais jornais do Pará, tendo representado êsse Estado no Congresso Brasileiro de Geografia, em 1944, do qual foi eleito, secretário da primeira Comissão e viu uma sua tese premiada com medalha de bronze. Já anteriormente, aderira ao IX Congresso de Geografia, Terceiro Congresso Pan-Americano de História, em que foi secretário da Primeira Câmara, e Terceiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul.

Transferido para a Capital Federal, em 1946, foi para o gabinete do Diretor do Departamento de Seguros do Ministério do Trabalho. Superintendendo, atualmente, a Divisão de Expansão Econômica do Departamento da Indústria e Comércio dêsse Ministério.

Pertence aos Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Amazonense, Paraense, Cearense, Rio Grande do Norte, Baiano, Rio Grande do Sul, Academia de História de Cuba, Sociedade de Geografia de Lima e Academia de História do Equador.

Destacam-se de sua vasta bibliografia: História do Amazonas (1931); A Conquista Espiritual da Amazônia (1942); O Processo Histórico da Economia Amazonense (1944); Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira (1947); Estadistas Portuguêses na Amazônia (1947); A Amazônia Brasileira; Território do Amapá (1947); Manaus e outras vilas (1934); Paulistas na Amazônia e outros ensaios (1941); A política de Portugal no vale Amazônico (1940); Lobo d'Al-

mada, um estadista colonial (1940); Dom Romualdo de Sousa Coelho (1941); Síntese da história do Pará (1942); História de Óbidos (1945).

Entre os consideráveis estudos, monografias e teses explanadas pelo recipiendário, sobressaem: A Economia do vale do Amazonas no período colonial (1946); Panorama econômico financeiro do Segundo Reinado; A navegação a vapor especialmente do Amazonas; A Conquista do Acre; Vestigios artísticos da dominação lusitana na Amazônia; O descobrimento da Amazônia (1942); Sertanistas missionários e demarcadores na revelação geográfica da Amazônia; Aspectos econômicos da dominação lusitânia na Amazônia; A Expansão portuguêsa na Amazônia; A formação humana política do Pará; Antônio Vicente Cochado e a carta do delta do Amazonas; afora uma série enorme de artigos e teses sôbre a formação social e econômica do Brasil, a bibliografia histórica sul-americana, a cultura cafeeira na Amazônia, a história amazônica; tendo ainda em preparo vários trabalhos, que vão enriquecer a literatura histórico-geográfico do Brasil e Sul-América, além de colaborar assiduamente na Revista Brasileira de Geografia, Boletim Geográfico e Revista do Instituto Histórico Brasileiro, de cuja comissão de redação é membro proeminente.

Como verdadeiro homem de ciência, que só procura a verdade, não cuidava Amazônia fantástica, do «paraíso» ou do «inferno verde», não se deixou arrastar pelo exagêro ou exaltação transbordante no âmbito da fantasia e da lenda; desprezou as fabulosas «amazonas» que deram nome à região, as riquezas quiméricas do «El-Dorado» que induziram os primeiros conquistadores à sua descoberta; as icamiabas, a cobra-grande, o boto, o curupira, para dedicar-se a uma obra de valor, a uma exposição real, autêntica, sem rodeios, sem conjeturas, mostrando a terra e o homem tal qual são, a única duradoura, interessante, proveitosa, permanente, sempre atual, que nunca fenece e resiste tôdas as épocas e embates.

Senhores. E' tal o mérito e a vastidão de sua obra que, a despeito de sua proverbial modéstia, ao ilustre recipiendário, poder-se-á aplicar êste versículo do Evangelho de São Mateus: "Não se pode esconder uma cidade que está situada sôbre o monte". Acolhendo-o em nossa companhia, a honra é tôda nossa.

Reposta do Prof. A. C. Ferreira dos Reis.

As sociedades literárias, científicas, econômicas, marcando uma das características que tanto distinguiram o século XVIII, tiveram uma influência ponderável no processo evolutivo da cultura européia e americana. Essa influência chegou ao Brasil com os melhores frutos, porque, como na Europa, elas foram centro de civismo, de onde irradiaram as idéias de liberdade. Entre nós já no século XIX, três delas exerceram uma influência decisiva no desenvolvimento da inteligência e da atividade material criadora: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A primeira voltou-se preferentemente para investigação do passado nacional; a segunda atuou com eficiência no fomento da indústria, realizando uma tarefa memorável para a modificação da nossa conjuntura econômica. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje a Sociedade Brasileira de Geografia, encarando de frente a nossa realidade geográfica, nos seus mais variados aspectos, empreendeu-lhe o exame meticuloso, cujos resultados não foram ainda devidamente registrados pelos que se têm ocupado do rendimento benéfico que as associações culturais têm trazido ao Brasil. Fundada com aquele objetivo, a Sociedade de Geografia irradiou pelo país. Valeu como lição de energia. Serviu de modêlo a instituições semelhantes que se foram estabelecendo nas províncias. Uma delas, a Sociedade Amazonense de Geografia organizada pelo Presidente José Paranaguá, que era membros proeminente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Sua Revista, espêlho de sua produtividade, é uma preciosa coleção de ensaios, de memórias, de monografias, que ensinam sôbre as condições fisiográficas, a climatologia, a antropogeografia brasileiras, representando uma das contribuições mais sadias para o conhecimento fundamentado do conjunto geográfico que representamos na Sul América. Os dez congressos que lhe deve a nação e em cujos Anais se encontra um contributo notável sôbre as particularidades que nos dão cor, sejam as particularidades físicas, sejam as

COMEMORAÇÃO DO I CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE AMARO CAVALCANTI

Conferência pronunciada pelo Dr. Herbert Canabarro Reichardt

(31-10-1949)

Na reunião realizada no dia 3 do corrente, o Dr. Canabarro Reichardt, pronunciou a seguinte conferência ao ensejo do transcurso do centenário de nascimento do estadista Amaro Cavalcanti:

«A Sociedade Brasileira de Geografia, prestando homenagem a Amaro Cavalcanti, cumpre patriótico dever, como o tem feito e tantos outros vultos eminentes que ilustram as suas vidas pela ação e pelo pensamento.

As manifestações desta Sociedade em colaboração com o Itamarati, por ocasião do falecimento do Comte. Braz Dias de Aguiar, cujos valiosissimos trabalhos, bem como duas inconfundíveis qualidades pessoais foram ressaltados aqui: a competência profissional, o espírito de sacrifício, a par da maior simplicidade e modestia. Há pouco ainda, em colaboração com o Ministério da Educação e outras Associações científicas, comemorou esta Sociedade, da maneira mais sugestiva o centenário de Alexandre Rodrigues Ferreira, cientista e filósofo, português de nascimento mas brasileiro no sentir e no pensar, que tanto deu de si para um melhor conhecimento de nossa terra.

Enseja-nos, hoje esboçar a largos traços e com mão imperfeita a vida do vulto eminente que foi Amaro Cavalcanti.

Um golpe de vista lançado sôbre a vida dêsse eminente homem público, revela-nos, de pronto desde os primórdios de sua existência, até o seu final, uma vontade tenaz posta ao serviço de uma inteligência curiosa e cheia de coragem.

Nascido em 15 de Agôsto de 1849, na fazenda «Logradouro», no município de Caicó, comarca de Seridó, na longínqua Província do Rio Grande do Norte, venceria, com ânimo resoluto, as dificuldades do meio da distância e do primitivismo de nosso interior. Iniciando seus primeiros estudos com seu pai, tal era o ardor e compenetração no trabalho, que, transferindo-se para São Luiz do Maranhão, como aluno mestre, empregara-se no comércio para manter-se.

A medida que desenvolvia o esfôrço, alargavam-se-lhe os horizontes; crescia-lhe também a ambição. Cenários mais vastos empolgavam-lhe a imaginação. Condu-lo o acaso à Fortaleza, para assistir a consagração de um irmão ao sacerdócio. Aproveitando a oportunidade de um concurso, no ginásio da capital, para a cadeira de latim, conquista-a com o primeiro lugar.

A assiduidade, o esfôrço, o amor ao trabalho, além de lhe conquistarem simpatias e amizades, criaram-lhe também oportunidade. Esta surgiu de forma inesperada e única, proporcionando-lhe um impulso decisivo em sua vida. Impulso que lhe daria ensejo de alongar suas vistas além dos horizontes provincianos!

Foi a missão que recebeu do Presidente da Província do Ceará de estudar, nos Estados Unidos, a instrução primária. As condições em que lhe foi feito êsse oferecimento, outro que não Amaro Cavalcanti, teria desistido. Iria à sua própria custa, com as economias que havia amealhado!

Os Estados Unidos de há um século atraz, certo, não eram os Estados Unidos de hoje! Mas já o surto de atividade e de progresso lançavam, por essa época, os fundamentos econômicos dessa prodigiosa nação, verdadeira maravilha de nosso século. As lições que ali aprenderia, dar-lhe-iam aquela feição prática e objetiva, que caracterizariam de forma peculiar e pessoal a sua inteligência. Inútil buscar em seus escritos as abstrações filosóficas ou os devaneios literários.

que absorviam as inteligências e os entusiasmos de seu tempo.

Os problemas sociais e administrativos desafiaram sempre os melhores esforços de seu espírito ponderado e objetivo.

— Ânimo destemido, o seu!

Quando de sua viagem aos Estados Unidos, estranho, sem amparo algum, aproveita a oportunidade única que se lhe apresenta, na vida e matricula-se na Universidade de Albany no Estado de Nova York, onde sobressai entre os de sua turma do curso jurídico. Não podia, pois, ser um espírito vulgar. Seria um forte; teria de vencer em qualquer meio!

Podendo iniciar uma carreira na América do Norte, onde encontraria oportunidades favoráveis, prefere, entretanto, voltar para a sua pátria. Recebido entusiasticamente em Fortaleza, começa a ascenção de sua carreira pública. É nomeado Inspetor Geral de Instrução Pública e Diretor do Liceu do Ceará.

Apresenta-se, nesse interim, a oportunidade para vir a côrte como representante do Ceará participar de um Congresso de Instrução Pública, que se reunia sob a presidência do Conde d'Eu. Graças às amizades que logo soube grangear, aqui se fixa.

A política atrai-no ou é atraído por ela. Mas as enganadoras esperanças de seus enamorados, breve se transmudam em amarguras e decepções, quando nos recessos de sua intimidade.

Filiara-se ao partido conservador, então sob a chefia do Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. A monarquia, porém, já tinha seus dias contados. O prestígio do regime enfraquecera juntamente com o animador da ficção monarquico-constitucional: o Imperador, através de seu temido poder pessoal.

Espírito moço, ávido de trabalhar pelo seu país, trazendo ainda no pensamento o espetáculo da grande república americana, deixou-se empolgar pela idéia republicana, à qual aderiu, fazendo profissão de fé à nova causa, em artigo que publicou em *O País*.

A república abriu-lhe as portas aos mais elevados cargos, assim como lhe propinou profundas decepções. As deformações que logo se lhe introduziram na prática, num meio que não estava ainda preparado a recebê-la, vieram demonstrar aos idealistas que a natureza não se transforma aos saltos.

Fez parte do Congresso Constituinte, tendo sido indicado para a «comissão dos 21», encarregada de redigir o projeto de Constituição.

Ninguém melhor do que êle para o desempenho de tão elevada missão. O modêlo a ser adotado em nossa Carta Magna republicana era, justamente, o Norte-Americano, cujo funcionamento tão bem se ajustava à índole democrática daquele povo.

Lá como aqui, preconceitos de classes, então vigentes na Europa, não tinham lançado raizes. Conceitos e doutrinas não encontravam resistências profundas.

Mas o conceito que Amaro Cavalcanti fazia de política, não era o do comum dos políticos. Geralmente feito de oportunismos e de promessas falazes, de compromissos ruinosos e de partidarismo extremado, a retemperar suas fraquezas na lama das fraudes eleitorais. Não condizia êsse conceito com o seu patriotismo e o seu feitio intelectual.

A depuração de seu diploma, no Congresso, para o qual fôra eleito, desgostou-o profundamente, afastando-o da politicagem partidaria. Tornou-o ao mesmo tempo cético das benemerências do regime, ao qual aderira com entusiasmo juvenil.

Em seu livro *Do Regime Federativo*, no qual defende os princípios doutrinários do sistema político adotado na Constituição de 91, na qual colabora com fervente idealismo, expõe, com objetividade, as deformações que o regime sofreu entre nós.

Permiti, sintetize essa análise, feita nos começos da República, quando já haviamos ultrapassado o período de ensaios do novo regime.

De três espécies eram os males que sofria o regime oriundos dos abusos praticados no exercício dos poderes federal, estadual, como da própria direção política.

No abuso dos poderes federais, tinha maior predominância, o do poder executivo.

Lembra que, logo no início da República, o ato ditatorial da dissolução do Congresso teve a sua contrapartida no 23 de Novembro, com a resignação do Marechal Deodoro. Sequiu-se, como conseqüência, a deposição de todos os governos e autoridades estaduais «realizada por *pronunciamentos* mais ou menos ostensivos das tropas federais».

«Nesse exemplo da intervenção da fôrça pública para pôr e dispor dos governos

dos Estados, devemos buscar a origem de outros males e abusos, que depois tivemos de testemunhar contra a marcha constitucional da federação».

«O estado de sítio, decretado pelo govêrno do Marechal Floriano, conhecido pelo 10 de Abril, foi o início dessa série de medidas do mesmo gênero com que depois os governos republicanos traziam interminàvelmente suspensas as garantias constitucionais».

Estava aberto o precedente, e o executivo podia, de ora em diante, decretar essa medida excepcional, com a maior afoiteza.

Os males, porém, não estavam só no executivo. O Congresso contribuiu com boa parte para a subvérção do regime. O hábito do *parlamentarismo* não se desterrara de todo dos hábitos políticos. A atividade legislativa era lenta, quasi nula, desde que se tratasse de leis de interêsse geral, até mesmo daquelas, complementares à própria constituição. Dir-se-ia que estava escrevendo na atualidade!

Também o judiciário, na sua expressão máxima, que é o Supremo Tribunal Federal, não deu à sua alta função todo o prestigio de que carecia o regime incipiente, como intérprete final da Constituição. Decisões contraditórias, estabeleciam a dúvida e a pouca confiança nas garantias da lei.

Essa dubiedade tornava-se mais sensível desde que estavam em jôgo interêsses políticos. Tais eram os casos dos recursos de «habeas-corpus» motivados por medidas do estado de sítio.

Tudo isso, meus senhores, é pura história a que todos nós assistimos contristados e decepcionados de nossa incapacidade política. São fatos autênticos de um passado ainda recente.

No tocante aos abusos dos poderes estaduais, assim se exprime, em seu citado livro:

O poder estadual arrogou-se nas suas constituições, faculdades e direitos que não lhes competiam, ou, quando menos, estatuiram sôbre elas, de uma maneira totalmente incorreta.

A autonomia municipal nunca foi respeitada a despeito do dispostivo expresso na Constituição, porque os governadores nomeavam e demitiam livremente os intendentes.

Desde que os municípios são *dependência* do govêrno, no seu funcionamento e nas suas resoluções — todo poder político do Estado concentra-se, afinal, na pessoa do governador ou presidente.

Bastava êsse poder discricionário do poder estadual, para anular qualquer sombra de autonomia municipal.

Onde, porém, o abuso dêsses poderes se tornou verdadeiramente pernicioso foi no capítulo das finanças.

Melhorada a situação financeira das antigas províncias com a discriminação de novas rendas, pouco tempo durou essa situação de prosperidade.

Os esbanjamentos e empréstimos feitos sob os mais auspiciosos protestos, comprometeram dentro em pouco o crédito e a fazenda estadual.

«Foi uma das desgraças da República Brasileira ter-se dado a triste coincidência da sua fundação com o período da agiotagem e especulação em que então se achava o país».

«Na Capital Federal, todos queriam enriquecer, acumular fortuna, pelos meios fáceis, que a jogatina da bolsa, as emprêsas e os contratos ofereciam».

«O desejo do ganho converteu-se em uma peste, que chegou a contaminar insensivelmente a honestidade indiscutível dos melhores caracteres!»

«E dentro em breve, essa grande avalanche de imoralidades e desastres que quasi levam por terra tôdas as indústrias e uma boa parte do comércio do Distrito Federal, estendendo-se aos Estados — atingiu nêles a própria administração pública».

Quanto à investidura do poder executivo nos Estados, ninguém ignora qual seja a regra comum: o governador assegura a continuação de sua política, dos seus interêsses e do seu predomínio pessoal ou do partido a que pertence, na escolha do seu sucessor, que o eleitorado deve confirmar ou assim se dará, como tendo-o feito, graças aos meios que, para êsse fim, estarão de antemão aparelhados.

— Mas foi realmente para isso, exclama, que instituimos a Federação? Certamente que não.

«No Brasil para que possamos construir uma Federação condigna, precisamos, antes de tudo, organizá-la e dirigi-la segun-

do o grau de saber do nosso povo, os hábitos contraidos da nossa vida política anterior e, sobretudo, em nada descurar o mau vêso ou tendência comum para o desrespeito da lei...»

Que bom senso político e conhecimento da realidade brasileira!

Quanto aos abusos da direção política, assim se expressa:

Os documentos dos erros, abusos ou crimes, cometidos na direção política têm sido tais e tamanhos na curta história da República Federativa do Brasil, que bastaria uma só classe dêles para constituir objeto e matéria para mais de um livro. Ainda mesmo restringindo-nos ao período, que decorre do fim do ano de 1892 para cá, isto é, depois de finda a época marcada para a organização definitiva dos Estados, — ainda assim, não seria possível fazer uma resenha completa dos atos e fatos concernentes, sem muito trabalho e largo espaço.

— Instituido o novo regime, tendo, muito embora, como uma das suas qualidades excelentes, e temporariedade dos cargos ou o revesamento dos representantes do poder público — o que se viu logo na prática foi que, em muitos Estados da União, uma família ou um grupo procurou hàbilmente monopolizar tôdas as posições e proventos da pública administração, constituindo-se em verdadeiras oligarquias, e daí, em vez de igualdade do direito de todos e para todos, proclamado com a República, começou-se a ensaiar o mais ferrenho exclusivismo.

A habilidade e a coragem dos chefes ou diretores medem-se pelos meios, que dão a vitória procurada, — a posse do poder, e nada mais...

Queremos dizer, assim o sendo, — que há de estranhar, se, porventura, o malbarato dos dinheiros públicos, a delação, a baixa intriga, a conspiração a deslealdade, o descrédito do país, a desgraça pública enfim, tudo, tenha servido como arma ou expediente dos partidos políticos na vida da República?

— Mas em nenhum outro ponto do país os manejos da politicagem têm cometido tantos excessos como na Capital Federal. E' para aqui que convergem os esforços combinados dos políticos ambiciosos e dos indivíduos amestrados no ofício das conspirações; — é aqui que se elaboram as tramas mais perigosas, capazes de envolver, a um só tempo, todos os movimentos do corpo político nos diferentes Estados da República.

Os contemporâneos de nossa primeira república sabem-no perfeitamente, quão justos eram aquêles conceitos e que quão exata a visão do analista político.

Amaro Cavalcanti desencantado da política, recusa também ingressar na carreira diplomática. As legações de Viena e Buenos Aires, que lhe ofereceu Floriano Peixoto, não o demoveram dêsse propósito.

E' nessa fase, exercendo a advocacia do Banco do Brasil, que se dedica aos estudos financeiros, publicando: *Elementos de Finanças; Meio circulante do Brasil, Política e Finanças; Resenha financeira do ex-Império do Brasil, Questões financeiras*.

No cargo que exerceu na administração pública, como Ministro da Justiça e Negócios Interiores, nos governos de Manoel Vitorino Pereira e Prudente de Morais, teve de enfrentar com êste último, as graves perturbações que ameaçavam subverter as instituições políticas e a ordem pública.

Apesar de vencida a revolta da armada, na vigência do govêrno Floriano, a situação permanecia melindrosa. O quadriênio Prudente iniciava-se numa atmosfera pesada.

Até nas vésperas da posse o florianismo exaltado procurava justificativas e pretextos para a continuação do govêrno militar. Depois, ódios e ambições inconfessáveis, solapando-lhe o prestígio, contagiam a revolução. Essa situação culmina no atentado de 5 de Novembro de 1897. E, para turvar ainda mais o ambiente político, sobrevieram os insucessos militares da campanha de Canudos.

A tudo resistiu, com serena energia, Prudente de Morais, auxiliado por seu fiel e prestimoso colaborador — Amaro Cavalcanti.

Terminada a presidência daquele inolvidável brasileiro, volta, também, o seu auxiliar, às atividades profissionais, Publica, nessa época, valiosos trabalhos sôbre assuntos financeiros e constitucionais.

Conhecedor profundo das instituições norte-americanas, tornara-se, entre nós, autoridade incontestável nos estudos e opiniões quanto à letra e espírito da Constituição de 24 de Fevereiro de 91.

Interessante relembrar seus argumentos e opiniões relativos à sustentação da tese subordinada ao artigo 6.º da Constituição Federal.

Como é sabido, êsse artigo 6.º tratava do direito de intervenção dos poderes públicos da União, na ordem política dos Estados.

Defendendo o princípio de intervenção contra argumentos contrários, afirmava que, sendo a Nação uma União indestrutível, composta de Estados indestrutíveis, era mister houvesse uma fôrça constante, a qual ficaria, *privativa* e *soberanamente* incumbida de preservar essa indestrutibilidade.

A intervenção, em vez de contestável, é, mesmo, uma necessidade institucional inerente. O que importa distinguir, é a intervenção constitucional da intervenção ilegítima; e o que importa, certamente prevenir, é a intervenção por parte da União quando ela é movida por intuitos de usurpação.

A sua maneira clara, incisiva e justa de argumentar, tornavam-no um polemista temeroso. A serenidade de seu raciocínio e a maneira de julgar os fatos, indicavam-nos, indiscutìvelmente, para o alto cargo de Juiz da mais alta Côrte de Justiça do país. Essa nomeação efetivou-se em 1906, na vaga deixada por João Barbalho Uchôa Cavalcanti, o grande comentador da primeira constituição republicana.

Impossível analisar sua atuação no Supremo Tribunal Federal. Em seus oito anos de judicatura, pois aposentou-se em 1914, viveu aquêle Tribunal a sua mais atribulada existência.

Jovem militante da advocacia naquela época, cheio de entusiasmo cívico, tendo ainda presente as tumultuosas assistências que enchiam com freqüência a sala de sessões daquele Tribunal. Era quando Rui Barbosa assomava à tribuna na defesa de «habeas-corpus» políticos que uma defeituosa interpretação constitucional permitia se transformassem em recursos judiciários contra os desmandos da politicalha. O Supremo Tribunal enfrentava, então, o risco de ver-se também envolvido no tumulo das agitações políticas.

Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Em 1916, como seu presidente, pronunciou uma conferência relativa à «Neutralidade e as Restrições do comércio internacional na presente guerra mundial».

Surgiu essa Sociedade, logo após a eclosão da conflagração mundial de 1914. Compreendeu, de pronto Amaro Cavalcanti, a influência que o conflito iria ter na evolução do Direito Internacional e a consequente necessidade de readaptá-lo, renová-lo e prepará-lo para resolver os problemas que surgiriam durante e depois da guerra.

Reunindo o escol de intelectualidade brasileira, interessando-a, animando-a no estudo dêsses problemas, dava êle mesmo o exemplo da assiduidade e labor e dedicação à sua idéia. Promovia conferências, estudos de assuntos internacionais em foco, publicava o Boletim da Sociedade, em três edições, português, francês e inglês.

Em um de seus números, publicou Amaro Cavalcanti notável e objetivo estudo sôbre os meios de assegurar a paz geral. Observou Nascimento Brito, em artigo do *Jornal do Comércio* de 14 de Agôsto último, «era uma clara e viva apreciação da situação mundial, suas causas e conseqüências, em que previa e esboçava, com notável clarividência, a criação de uma sociedade de nações para evitar os conflitos internacionais».

«Eram idéias novas no tempo, que fizeram sua trajetória, trouxeram esperanças e desilusões, e ainda hoje estão procurando um leito seguro, em que se possam aperfeiçoar e dar aos homens atormentados, a felicidade e uma paz, tão perseguida nestas três décadas de experiências, guerra, revoluções e transformações de tôda a ordem nos campos político, econômico e social».

Em 1917 foi Amaro Cavalcanti nomeado para o cargo de Prefeito do Distrito Federal. Em favor de sua atuação no govêrno da cidade, mais que simples palavras falam por si as obras que deixou.

«Dedicou sua atenção de maneira muito especial à zona rural, ao chamado «sertão carioca». Construiu mais de 90 quilômetros de estradas e caminhos, num plano que deveria abranger a construção de 280».

«Fundou numerosas escolas e a primeira escola técnica municipal que tem hoje seu nome. Criou o serviço de proteção à lavoura no Distrito Federal e a primeira feira anual com objetivo de intensificar a produção da zona rural».

Publicou o *Jornal do Comércio*, em 15 de Agôsto de 1923, pouco mais de um ano

após o falecimento do eminente homem público, que se deu a 28 de Janeiro de 1922, uma exposição sôbre «as matérias que mais de perto entendem com a vida e desenvolvimento econômico e financeiro do país», que Amaro Cavalcanti escreveu quando de sua posse na pasta da Fazenda, em 15 de Novembro de 1918, dirigida ao Conselheiro Rodrigues Alves, e que me permito transcrever os tópicos essenciais:

«A reconstrução econômica e financeira do país, é o objeto que presentemente mais preocupa o espírito público. Acredita-se e com razão que, dela dependem, sobretudo, a aquisição e o aumento do bem estar e prosperidade comum de tôda a nação e que, por isso, ao govêrno incumbe empregar a sua melhor ação e esfôrço para realizá-la quanto antes e da maneira mais proveitosa nas circunstâncias.

Entre essas medidas, seriam a meu juizo, de enumerar as seguintes: Quanto à reconstrução econômica:

I — Lei regulando o trabalho nacional principalmente nas fábricas e noutros serviços industriais, quanto ao número de horas de trabalho por semana, à garantia dos salários, ao emprêgo de mulheres e crianças, pronta indenização dos acidentes, etc., e, bem assim, definindo claramente os direitos e obrigações recíprocas dos patrões e operários nas suas relações.

II — Lei estabelecendo as bases e condições, segundo as quais o govêrno se acha permanentemente autorizado a promover e fomentar pecuniàriamente ou de outro modo: a) as indústrias fundamentais do país, tais como a agricultura, a pecuária, a mineração do carvão de pedra, a indústria siderúrgica, a construção de navios mercantes e o aparelhamento de outros meios de transporte, variando os auxílios ou favores conforme a natureza e fins da indústria, ou dos diversos produtos; b) as indústrias especiais da extração do ouro, da borracha, dos óleos em geral, da construção de habitações operárias, da pesca e de outras condições análogas; c) a indústria de tecidos e outras manufaturas em geral.

III — Disposições de lei autorizando o Govêrno: a) a rever a legislação sôbre Bancos no sentido de, por meio de novas providências e melhor fiscalização, dar-se maior cooperação entre êles e serem obtidas facilidades mais apreciáveis no crédito para o público em geral; b) a rever a legislação existente sôbre o transporte, assim como, em especial, a da viação ferrea e navegação, no intuito de aumentar as facilidades, unificar as várias tarifas, e provar outras condições de modo conveniente; c) auxiliar o desenvolvimento das estradas de rodagem em todo o país; d) rever a legislação sôbre os institutos de crédito real, nomeadamente na parte agrícola, para torná-los capazes de seu objeto e fins; e) a encampar os portos que se acham arrendados a emprêsas estrangeiras — ou para ficarem sob a administração da autoridade federal, ou para serem exclusivamente arrendados a emprêsas nacionais; f) a promover a disseminação do ensino profissional em todo o país; g) a tomar providências urgentes e completas para o fim de salvaguardar a zona nordeste do país dos perniciosos efeitos das sêcas que alí se repetem periòdicamente, e bem assim, para realizar o saneamento do interior do país.

Quanto à reconstrução financeira:

Todo o mundo sabe que a reconstrução financeira não é coisa que se possa obter em separado; ela depende essencialmente das condições, em que se venha a dar a própria reconstrução econômica. Certamente, não será catando algarismos aqui e alí para aparentar equilibrio entre a receita e a despesa públicas, que o país há de chegar à situação financeira, que o momento reclama; esta terá de ser uma resultante obrigada da sua prosperidade econômica.

Todavia, como medidas complementares da espécie seriam para recomendar, em qualquer caso, as seguintes:

I — Lei de reforma monetária, para o fim de adotar nova unidade monetária, que melhor corresponda às de outros países já quanto às moedas de conta, já quanto ao fim da cunhagem.

II — Lei criando o impôsto de renda para completar o sistema tributário da União.

III — Disposições de lei: a) extinguindo a Caixa de Conversão, mas subsistindo para o Tesouro Federal a mesma obrigação quanto ao resgate das notas emitidas pela mesma; b) organizando a fiscalização bancária de maneira permanente; c) criando um banco de emissão, se as condições assim aconselharem manifestamente; d) revendo as

disposições existentes sôbre o fundo de garantia e resgate do papel moeda; e) autorizando o Govêrno a rever a legislação aduaneira, para o fim de corrigir-lhe os defeitos, simplificar a marcha dos serviços e garantir a arrecadação menos defraudada; f) autorizando a rever a legislação existente sôbre o impôsto de consumo com igual intuito; g) autorizando o Govêrno a entrar em acordos econômico-financeiros para proteger os gêneros de produção brasileira nos mercados estrangeiros, assim como, a fazer tratados ou convênios da mesma natureza, porventura resultantes dos fins da Liga das Nações; h) autorizando o Govêrno a promover a instituição de um fundo internacional em ouro para garantir a estabilização do câmbio ou para outros mistéres de movimento financeiro internacional; i) autorizando a reorganização das várias repartições e serviços fazendários como melhor convenha aos interêsses da Fazenda Federal, fazendo as remoções ou transferências precisas dos funcionários sem outra restrição, que não seja a garantia de vencimentos iguais nos lugares para que sejam êles removidos ou transferidos.

E, finalmente, para não alongar mais citações extraídas de tão valioso documento seja-nos permitido transcrever ainda mais alguns trechos, para bem se avaliar a extrema acuidade com que Amaro Cavalcanti observava homens e coisas do nosso meio.

«A sugestão das medidas ou providências que acabam de ser enumeradas, dizia êle, pressupõem uma ação perseverante por parte dos Poderes Legislativo e Executivo e a harmonia de vistas dos mesmos acêrca das necessidades do país, sem o que tudo continuará sem organização, sem regra nem método nessa ordem de relações».

«Nos países nos quais, como o Brasil, abundam as matérias primas, e as indústrias são ainda incipientes, é preciso haver vigilância constante sôbre a «penetração econômica», a qual é multiforme, agindo, às vêzes, sorrateiramente sob a aparência de grandes benefícios. Se esta vigilância se não der o país, beneficiado aparentemente, *pode achar-se privado dos próprios elementos que são indispensáveis às várias indústrias, ou mesmo desfalcado dos gêneros alimentícios para as suas populações.*

Todos aquêles importantes problemas nacionais ali enumerados, ainda parecem-nos atuais!

Alguns, pela fôrça incoercível das circunstâncias, nesse decorrer de mais de 30 anos, foram, precária ou parcialmente resolvidos, pelos vários governos que se sucederam, desde os da primeira república, até a época atual, incluindo os 15 anos do govêrno autoritário do Sr. Presidente Getulio Vargas. Outros, aguardam a solução que nossa displicência permite, agravado pela clamorosa carência de recursos que nos aflige. Parecerá paradoxal, falar-se em carência de recursos, em país tão imensamente rico! Mas a verdade é que nos ressentimos de um planejamento de trabalho, para que se não dispersem e se percam tantas atividades, muitas delas improdutivas, outras, até prejudiciais.

Homens com o espírito voltado para o bem público, mas dotados daquela aguda objetividade que possuia Amaro Cavalcanti, são raros, mas é de homens como êle que precisamos no momento atual. Que saibam apreender com clareza e espírito geopolítico, os nossos problemas fazendo a *Grossraumwirtschaft*, a economia dos grandes espaços. Tenham, portanto, uma exata consciência da nossa importância geográfica e do alto fator político que isso representa para nós e para o mundo.

A Sociedade Brasileira de Geografia, prestando-lhe essa homenagem póstuma, orgulha-se de ter tido em seu quadro social, tão eminente brasileiro».

REVISTA

— DA —

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

DIRETOR RESPONSÁVEL

CARLOS DOMINGUES

TOMO LIII — 1946

ÍNDICE

Basílio de Magalhães — Os novos Territórios 3
Saladino de Gusmão — Ameriqua 7
J. S. da Fonseca Hermes — O Barão do Rio-Branco 9
L. M. de Barros Fournier — O advento do homem 20
Gerson de Macedo Soares — O papel da marinha de guerra brasileira na segunda guerra mundial 33
João Ribeiro Mendes — Instruções de Alexandre Rodrigues Ferreira para a viagem filosófica 46
J. S. da Fonseca Hermes — Como foi fundada a Sociedade de Geografia 53
X Congresso Brasileiro de Geografia 57
"Prêmio José Boiteux" — Medalhas outorgadas pelo X Congresso 71
Curso de aperfeiçoamento para Professores secundários 74
A semana do Índio 79
Mensagem de cordialidade do Instituto de Estudos Geográficos da Argentina (G.E.A.) 81
Inauguração do retrato de S.A.R. o Senhor Conde d'Eu. — O Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, Sócio de Honra 83
Homenagem ao Conselheiro Manuel Francisco Corrêia — Discurso do Comandante L. A. de Oliveira Bello 85
A memória dos Consócios Sousa Docca e Aurélio Porto 90
Discurso de posse do Dr. João Guimarães Rosa 96
Discurso de posse do Dr. Francisco Pedro Carneiro da Cunha 98
Discurso de posse do Dr. Valério Caldas Magalhães 103
Reforma dos Estatutos 108
Eleições para o biênio 1945-1946 114
Posse da Diretoria do Conselho Diretor e das Comissões eleitas para o biênio 1945-46 118
Anistia 123
Estimativa da população do Brasil em 1.º de Janeiro de 1945 125
Relatório das atividades da Sociedade em 1944 126
Relatório das atividades da Sociedade em 1945 131

PRAÇA DA REPÚBLICA 54 — SOB.

RIO DE JANEIRO ★ BRASIL

Documento nº 4 — Folha de vencimentos do pessoal — setembro	1.300,00
Material	
Documento nº 5 — Conta de A. Coutinho & Cia. 13/VIII/1945	1.830,50
Documento nº 6 — Conta de A. Coutinho & Cia. 11/IX/1945	1.280,00
Documento nº 7 — Conta de Emanuel Leontisinis	7 020,00
TOTAL	20 030,50

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1946. - *Luis Alves de Oliveira Belo*, Tesoureiro. — Visto, *J. S. da Fonseca Hermes*, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

BALANCETE REFERENTE AO ANO DE 1945

Título	Cr$	Cr$
Saldo de 1944	3.377,50	
Contribuições	22.580,00	
Subvenção recebida do Ministério da Educação e Saúde	20.000,00	
Quotas do Instituto dos Comerciários	432,00	
Venda de Eexemplares da Revista	55,00	
Donativos	6.975,00	
Indenizações	136,00	
Despesas Gerais		5.330,60
Vencimentos do Pessoal		13.850,00
Comissões de cobrança		3.215,00
Quotas do Instituto dos Comerciários		971,50
Seguros		322,60
Sêlos e Estampilhas		497,00
Portes e Telegramas		208,10
Biblioteca		7.095,00
Arquivo		850,00
Material de Escritório		4.430,00
Gratificações		810,00
Saldo para 1946		16.099,30
TOTAL	53.697,10	53.697,10

Observações — No saldo de Cr$ 16.099,30, estão incluidas as seguintes importâncias: de Cr$ 3.000,00 correspondentes ao depósito para fim especial, provenientes de um donativo feito pelo Comandante César Feliciano Xavier; de Cr$ 13.000,00 correspondente a donativos a remissões para os fins especiais prescritos no Artigo 38 dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1946. — *Luis Alves de Oliveira Belo*, Tesoureiro. Visto, *J. S. da Fonseca Hermes*, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

RELAÇÃO DOS SÓCIOS — ADMITIDOS NO ANO DE 1945

DE HONRA

Sua Altera Imperial Dom Pedro, Gastão, de Orleans e Bragança.

TITULARES

Carolina B. de Vasconcelos Leme
1º Tenente João Brito Jorge
Dr. Gastão de Almeida
Dr. Álvaro Paes de Barros Filho
Dr. Francisco Pedro Carneiro da Cunha
Dr. Guilherme Ellis (R)
Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa (R)
Dr. Afonso Almírio Ribeiro da Costa (R)
Dr. Valentim Bouças (R)
Dr. José Eugênio de Macedo Soares (R)
Dr. Alberto Martins (R)
Carolina Max Fleuiss (R)
Dr. José Rubens de Macedo Soares (R)
Maércio Ribeiro de Mendonça (R)
Engenheiro Artur Cardoso de Abreu
Engenheiro Paulo Gabriel da Rocha Werneck
Dr. Guilherme Gomes Carneiro
Dr. Paulo Augusto Alves
Brigadeiro Lisias Rodrigues
Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho
Engenheiro Antônio Hirn Marcolino Fragoso
Dr. José Gabriel de Lemos Brito
Dr. Luis Pederneiras
Capitão Arnaldo São Tiago Fialho
Dr. Clóvis de Macedo Côrtes
Dr. Alcino de Azevedo Sodré (R)
Dr. Vicente Constantino Chermont de Miranda
Dr. Osvaldo Moura Brasil do Amaral (R)
Major Jônatas Salatiel Dias da Rocha
Major Omar Emir Chaves
Dr. João Guimarães Rosa
Dr. Olinto Luna Freire do Pilar
Dr. José Manuel de Macedo Soares
José Wash Rodrigues
Dr. Heitor da Fontoura Rangel Filho
João Moreira Padrão
Dr. Levi Arruda
Cônsul Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro
Cônsul Melilo Moreira de Melo
Cônsul Manuel Emílio Pereira Guilhon

CORRESPONDENTES

Dr. Hugo Santos Silva (R) (Estado de São Paulo)
Ligia Lemos Tôrres (R) (Estado de São Paulo)
Dr. Djalma Forjaz (R) (Estado de São Paulo)
Dr. Joaquim Bento Alves de Lima Neto (R), (Estado de São Paulo)
Dr. José Armando Affonseca (Estado de São Paulo)
Capitão Gustavo Lauro Kôrte (Estado de São Pauol)
Dr. Mário Freire (Estado do Espírito Santo)
Dr. Nestor Barbosa (Estado do Ceará)
Engenheiro José Nicolau Born (Estado de Santa Catarina)

Sócios Falecidos durante o ano de 1945:

General Salvador Barbalho Uchôa Cavalcanti
General Emilio Fernandes de Sousa Doca
Ministro José Matoso Maia Forte
Professor Aurélio Afonso Pôrto
Bruno Alves da Silva Lôbo
General Alipio di Primio
Cônsul Carlos Leite Ribeiro
Dr. Armando Sales de Oliveira (Estado de São Paulo)
Engenheiro Álvaro Astolfo da Silveira (Estado de São Paulo)
Ministro Alberto Gertsch (Suiça)

Revista da SOCIEDADE de GEOGRAFIA do Rio de Janeiro

TOMO L — 1943

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Alberto Couto Fernandes — Alexandre Emílio Sommier — Antônio Santos Oliveira Júnior — Carlos Domingues — Fernando Antônio Raja Gabaglia.

Redator responsável — Carlos Domingues

SUMÁRIO

1883 — 1943.

Almirante Raul Tavares — Discurso pronunciado por ocasião da abertura da Sessão Magna comemorativa do 60° aniversário da instalação da Sociedade.

Eng. Cristóvão Leite de Castro — Saudação do Conselho Nacional de Geografia à Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro.

Dr. Francisco de Sousa Brasil — Discurso.

Desembargador Carlos Xavier Pais Barreto — Discurso.

Comandante César Feliciano Xavier — 450° aniversário da Descoberta da América.

General José Vieira da Rosa — Serras e Litorais do Brasil Meridional.

Capitão-de-Fragata L. de Oliveira Belo — Algumas verdades acêrca do descobrimento do Brasil.

Prof. Luiz Pinto — O Rio Paraíba-do-Norte Fixador Humano.

Décimo Congresso Brasileiro de Geografia.

Relatório das Atividades da Sociedade em 1942.

Resumo en Esperanto de ĉiuj artikoloj

PRAÇA DA REPÚBLICA, 54 - 1.° — Rio de Janeiro

BRASIL

O RIO PARAIBA-DO-NORTE FIXADOR HUMANO

Luiz Pinto (Da Academia Paraíbana de Letras). Comunicação lida pelo autor no dia de sua posse como sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro em 8 de Julho de 1943.

A ação da água teve sua natural ascendência na conquista, no desenvolvimento e no progresso do Brasil. Teve-a e tê-la-á sempre, porque o caminho da água é, em toda a sua plenitude, o que maiores possibilidades de fixação oferece ao homem.

Esse fenômeno, pouco conhecido, ou melhor, pouco percebido nos primeiros tempos, antes do domínio da geografia humana, até mesmo pelos geógrafos, historiadores e sociólogos, somente mais tarde pôde ser observado com segurança e exatidão, entre nós, notadamente, pela visão de Capistrano de Abreu, quando nos apresenta o papel e a influência das águas nas entradas bandeirantes e na fixação dos nossos primeiros colonizadores.

É evidente que aquela pegada do boi na terra preta ou no alagadiço; o pé do escravo, atolando-se todinho no pântano, escorregando no barro vermelho, ou a nau do flibusteiro, escondendo-se por detrás das moitas, para fugir da ação dos combatentes e perseguidores portugueses e nativos, não tiveram a força bastante para despertar o papel da correnteza em todo esse másculo reboliço de conquista.

Mas o que se via era o boi descendo pelas águas para os campos de Sergipe e Pernambuco; o escravo acorrentado ou solto, transportando-se aos impulsos das ondas, os mosqueteiros paulistas derramando-se como bandeirantes pelas quebradas monótonas do nordeste aboletando-se nas terras indígenas.

Garcia D'Avila tomava o mundo inteiro, erguendo sua tôrre às margens do São Francisco.

A epopéia trágica de matar o índio, para sacío da volúpia conquistadora, teve seu marco na água, que tanto estimulou a evolução e o idealismo dos que catequisavam sem sangue, como

serviu para argamassar o simulacro colonizativo, filho da ganância e da ambição, quando a água era transformada em lama e lodo, tinta do sangue indômito do nosso caboclo, para pseudo vitórias, que são mais páginas de luto e de ludíbrio na formação do Brasil.

Mas ninguem queria pensar que tudo aquilo: a viagem de Anchieta, de Aspicuelta Navarro, de Vieira, de Gabriel Soares; o fortezinho de Palmares, a resistência do humilhado contra o humilhador, tudo tivesse a sua base na fôrça da água, que, em épocas remotas, desde os tempos romanos, e idade média e os surtos peninsulares, já havia demonstrado a sua ação impulsionadora, não somente no acionar as máquinas, na aguagem e irrigação das terras, mas sobretudo no amanho de civilizações, no traço de fixação coletiva.

Ludwig, na biografia do Nilo, nos deixa a paisagem viva, emocionante, peregrina do poderio da água. Um rio formando um povo; um rio embalsamando de fé gerações inteiras; um rio capitaneando o destino econômico, social e político de uma nação.

E o mundo tem sido o seu lençol de águas, os seus grandes rios e até as suas pequenas fontes, as cacimbas de água doce, as lagoazinhas, as pequenas porções de água, onde o pobre bebe, onde a mulher rural lava a sua roupa, onde a vaca e a cabra magras saciam a sua sêde. Tudo isto é um ritmo de ordem, uma harmonia de perspectivas, que emoldura, espelha e define a condensação da água na vida da humanidade.

É que a água, meus senhores, tem os contrastes do sol. E, como ele, ela possue os encantos que embelezam e as iras que destroem. Ameniza, refrigera, engrandece e avoluma; mas, nas horas de desespêro, arrasa tudo, desapiedadamente. O sol é tambem assim: dá vida, enrijece, retempera, amasculina, e cria vibrações novas na alma, acelera e colore os glóbulos e as células do organismo; mas, às vezes, tambem degenera, e, em degenerando, resseca, escarna, emagrece e mata as populações sertanejas.

Dentro da história dos grandes rios brasileiros, do S. Francisco, do Amazonas, do Tocantins, desses monstros agressores das terras, cujas margens engolem e arremessam para o mar, numa raiva e ciumeira impressionantes, destacam-se os pequenos rios, os riozinhos que tambem ouviram o ribombo da guerra, que afogaram tambem o holandês invasor e o francês ambicioso. Eles completam, no anonimato em que permanecem, a glória do gigante da Plancie, que embasbacou Humboldt, que deu poesia à sociologia histórica de Martius e Agassiz, que as-

sombrou até a Euclydes da Cunha, fazendo-a arregalar os olhos e gritar diante da selva: "É um capítulo do Gênesis a escrever"...

O chamado rio S. Domingos, aparecido nas cartas de *marear*, em 1501, certamente pela primeira vez, o rio Paraíba do Norte, da afluência francesa e dos carregamentos do pau brasil, o melhor da terra, na expressão de Frei Vicente do Salvador, é o protagonista mudo das cenas mais eloquentes, as mais vivas da conquista dificil da terra paraibana, que, embora o país descoberto desde 1500, só cedeu à civilização a 5 de Agosto de 1585.

E o rio Paraíba, cortando quase ao meio o território da capitania de Frutuoso Barbosa, nascendo em Lagoa do Monteiro e desembocando no Atlântico, foi o chamariz da colonização, pois ao seu redor, nas fortalezas e nos campos, na Restinga, Tibirí, Cabedelo, Marés e rio do Meio, se houveram de edificar núcleos e quistos humanos, que teriam de firmar a sua pujança, que os fatores econômicos do Rio proporcionaram, pois ele nos deu a cana de açucar, que enverdou toda a sua várzea, para os engenhos aparecidos desde 1586, com o primeiro em Tibirí, fomentando mais tarde, rio acima, a caminhada da missão jesuítica, partida do Pilar para Boqueirão, e depois as seguidas viagens dos Ledo[a] que iam varar os Cariris e os sertões, para cuja penetração foi o Paraíba poderoso agente.

Frei Vicente do Salvador, na sua *História do Brasil* (páginas 222, 223, 224 e 225), esteia a sua opinião acerca do rio Paraíba:

"O rio da Paraíba, que nas cartas de *marear* se chama S. Domingos, está em seis gráus e três quartos.

"A bôca da abra que o rio faz tem de largo uma légua e o canal que vai pelo meio, que é o que chamam barra, tem um quarto de légua e todo o mais de uma parte e outra é muito esparcelado. O fundo é de areia limpa, e assim é muito maior porto e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco, do qual dista vinte e duas léguas de costa para a banda do Norte.

"Pelo rio acima uma légua tem uma ilha formosa de arvoredo de uma légua de comprido e um terço de longo, defronte da qual está o surgidouro das náus, capaz de grande quantidade delas e abrigado de todos os ventos, e chega ainda a maré pelo rio acima léguas, por onde podem navegar grandes caravelões. Tem uma varzea de mais de quatorze léguas de comprido e de largo duas mil braças, toda retalhada de esteiros e rios caudaes de água doce, que já hoje está toda povoada de canas de açucar e engenhos, para os quais dão os mangues do salgado lenha para cozer o açucar e pera cinza da decoada em que se limpa.

"Em este rio entravam mais de vinte náus francesas todos os anos a carregar de pau brasil, com ajuda que lhes davam os

gentios Potiguares, que senhoreavam toda aquela terra da Paraíba até Maranhão, algumas quotrocentas léguas. E assim ajudavam os portugueses vizinhos das capitanias de Tamaracá e Pernambuco, depois que tiveram pazes, como fica dito no capitulo decimo segundo do livro segundo, mas tantas vexações e perrarias lhe fizeram que se tornaram a rebelar.

"Um só contarei, que foi como disposição ultima e ocasião propinqua desta rebelião. E foi que, entre outros mamelucos que andavam pelas aldêas suas resgalando peças ativas e outras cousas, e debaixo disto roubando-os com violencia e enganos, houve um natural de Pernambuco, o qual, posto que era filho de um homem honrado, tirou mais a ralé da mãi que do pai. Este, indo a uma aldeia da Copahoba com seus resgates, se agasalhou em um rancho de um principal grande chamado Iniguaçú, que quer dizer, "rede grande" e se namorou de uma filha sua, moça de quinze anos, dizendo que queria casar ou amancebar-se com ela pera ficar entre êles e não vir mais pera os brancos, no que êla consentiu e o pai tambem, entendendo que cumpriria o noivo a condição prometida. Porem, indo a uma caça que durou alguns dias, quando tornou não achou o genro nem a filha, porque se haviam ido pera Pernambuco.

"Sentiu-o muito e mandou logo dois filhos seus em busca da irmã, os quais, porque o mamaluco lha não quiz dar se foram queixar a Antonio Salema, que estava por correição em Pernambuco, posto que já de partida pera a Baía, e êle mandou logo notificar o pai do querelado que trouxesse a moça, como trouxe, e a entregou aos irmãos, passando-lhes uma provisão pera que ninguem lhes impedisse o caminho ou lhes fizesse algum agravo, antes lhes dessem os brancos por onde passassem todo o favor e ajuda pera o seguirem, avisando-os que não consentissem mamelucos em suas aldeias.

"E assim o avisou ao capitão-mór da ilha Afonso Rodrigues Bacelar que não consentisse em ir ao sertão semelhante gente.

"Foram os negros mui contentes com sua irmã e mais indios depois que viram o bom agasalho que pelo caminho lhes faziam os brancos, obedecendo á provisão que levavam, até que chegaram á casa de um Diogo Dias, que era o derradeiro que estava nas fronteiras da Capitania de Tamaracá, o qual os recebeu com muitas mostras de amor e muito mais á irmã, que mandou recolher com outras moças de camera, sem mais a querer dar aos portadores nem a outros que o pai mandou depois que soube, pedindo-lhe que lhe mandasse sua filha e, quando quizesse, a fossem pedir ao dito Capitão-mór da ilha, como foram, e nem uma cousa aproveitou, porque o Capitão era amigo de Diogo Dias e dissimulou com o caso.

"Espalhada essa nova pelos gentios das aldeias, quizeram logo tomar vingança em os regateões que nelas estavam e tomar-lhes os resgates; mas o principal agravado lhes foi á mão, dizendo que aqueles não tinham culpa e não era razão pagassem os justos pelos pecadores e somente os fez sair das aldeias e ir para suas casas, como o corregedor Antonio Salema havia mandado.

"Tão bem intencionado era êsse negro e afeto aos portugueses que nem ainda de seu ofensor tomara vingança, si não fora atiçado por outros potiguares, principalmente pelos da beira-mar, com os quais comunicivam os franceses e pera seu comercio de pau brasil lhes importava muito ter liança com estoutros da serra.

"E como nesta conjunção estavam tres naus francesas á carga na Baía da Traição e o Capitão-mor da ilha de Tamaracá havia dado um assalto, que matou alguns franceses e lhes queimou muito pau que tinham feito, no qual assalto se havia tambem achado Diogo Dias, tantas cousas disseram ao bom Rede-Grande que veio a consentir que dessem em sua casa e fazenda, que era num engenho que havia começado no Rio Taracunhaen. E porque sabiam que o homem tinha muita gente e escravos e uma cerca mui grande feita com uma casa forte dentro, em que tinha algumas peças de artilharia, se concertaram que êle viria com todo o gentio da serra por uma parte e o Tujucopapo, que era o maior principal da ribeira, com os seus e com os franceses por outra, e assim como o disseram o fizeram. E com serem infinitos em número, ainnda usaram de uma grande astucia, que não remeteram todos á cerca nem se descobriram, sinão somente alguns e ainda estes começando os nossos e feri-los de dentro com flechas e pelouros, se foram retirando como que fugiam. O que visto por Diogo Dias se pôs a cavalo, e, saindo da cerca com seus escravos, foi em seguimento; mas, tanto que o viram fora, rebentaram os mais da cilada com um urro que atroava a terra e o cercaram de modo que, não podendo recolher-se á sua cerca, foi ali morto com todos os seus e a cerca entrada, onde não deixaram brancos nem negros, grande nem pequeno, macho nem femea que não matassem e esquartejassem".

"Foi esta guerra dos Potiguares, governando o Brasil Luiz de Brito, em a era de 1574 e dela se seguiram tantas que duraram vinte e cinco anos".

Alguns estudos notáveis já foram feitos sobre o rio que condensou a conquista do longínquo Estado brasileiro e que fixou as suas primeiras populações, embora que o fizessem sem observações diretas porém somente em descrições históricas. Elias Herckman afirmou que o significado indígena de *Rio*

Paraíba é Rio mau, porto mau, ou mar corrompido Vernhagen quis apenas chamá-lo *Rio Mau. Loreto* Couto — rio *caudaloso*. Teodoro Sampaio — *rio impraticável* e outros — *braço de mar*.

Coriolando de Medeiros, que é a história humanizada da Paraíba, acha que *braço de mar* é a sua perfeita denominação. E conclue no seu "Dicionário Corográfico":

"Corta o de Santa Rita, deixando à direita a vila do mesmo nome; vem marginando o povoado de Barreiras, passa distante da capital um quilômetro, e segue para o mar, servindo de limites entre os municípios de Santa Rita e Cabedelo, banhando as povoações de Jacaré e Cabedelo. Por um inexplicavel êrro, enraizou-se entre os geógrafos que a capital do Estado está à margem direita do Rio Paraíba, quando ela assenta à margem direita do Sanhauá, que, no seu extremo norte, depois de formar o surgidouro, avança para o norte e confunde quase às águas com o Paraíba."

O Prof. José Coelho, na sua "Corografia da Paraíba", síntese da geografia provinciana, anexando uma miniatura do mapa do Estado, onde se vê o caminho do Parnaíba, das nascentes à foz, acrescenta:

"A serra da Borburema, com as suas principais ramificações, divide o território paraibano em duas bacias principais: a do Rio Paraíba do Norte, a sudeste e a do Rio das Piranhas, a oeste.

"O Rio Paraíba do Norte é o maior do Estado; tôda a sua bacia é em território paraibano.

"É formado da reunião dos rios Sucurú, do Meio e da Serra, havendo-se geralmente como principal desses três o do Meio".

E essas afirmativas do Prof. Coelho vão encontrar apôio nas sentenças de Gabriel Soares, Frei Vicente do Salvador, Irineu Jofili e Coriolano de Medeiros, para não citar outras figuras que estudaram a geografia e a história da Paraíba, inclusive Maximiano Machado, o maior e o mais profundo dos nossos estudiosos daquele pedaço da terra brasileira.

É de "Notas sôbre a Paraíba", de Irineu Jofili, autor citado em "Os Sertões", por Euclydes da Cunha, a orientação que transcrevemos sôbre o Rio Paraíba:

"Dos rios é incontestavelmente o Paraíba do Norte o mais importante, não somente pela extensão do seu curso como tambem por serem todas as suas águas do território do Estado. Nasce na serra de Jabitacó, na comarca de Monteiro, com o nome de Rio do Meio por correr entre dois de igual força, o da Serra, à direita e o Sucurú à esquerda. Depois de banhar a vila do Monteiro, recebe perto da povoação de Santa Ana do

Congo êsses dois rios e daí em diante é conhecido vulgarmente pelo seu verdadeiro nome".

"Banha depois a povoação de Caraubas, passa a uma légua de distância da vila de Cabeceiras e quatro léguas mais abaixo corta a serra de Carnoió, na povoação de Boqueirão.

"E em seguida banha sucessivamente as seguintes vilas e povoações: Bodocongó, Natuba, Guapaba, Dous Riachos, Salgado, Guarita, Itabaiana, Pilar, Itaipú Espírito Santo, Batalha, Santa Rita, Paraíba (a capital) e Cabedelo, em sua foz.

"O seu curso é de cêrca de 80 léguas, e até à distância de 80 de sua embocadura no Oceano, artavessa terrenos pedregosos e áridos com forte declive para o mar".

"Correndo muito aproximado dos limites com Pernambuco, a ponto de, na Freguezia de Natuba, em alguns lugares, banhar o pé da serra que divide os dois Estados, não tem o rio Paraíba pela margem direita nenhum afluente importante, a não ser o da Serra, já perto de suas cabeceiras, como fizemos vêr. Entretanto, mencionamos sempre o Riacho de Santo Antônio, na Comerca de Cabeceiras, de Natuba e Guapaba, perenes, na Comarca de Umbuzeiros, Una, perto da povoação de Itaipú, Tibirí e o Teperoá, que, vindo da serra do Teixeira, passa pela povoação de Desterro e vila de Batalhão e, depois de incorporar o Motinoré, o Mucuitú, o Santa Rosa e outros menores, banha as vilas de S. João do Cariri e Cabeceiras, reunindo-se com o Paraíba uma légua abaixo desta vila, depois de um curso de mais de 30 léguas. Depois seguem-se pela mesma margem Bodocongo, Paraibinha, Caiuararé e Ingá, todos três com as nascenças na comarca de Campina Grande; Gurinhen, Gargau, perto de sua foz, e diversos ribeiros".

As teorias de La Blache iriam aplicar-se totalmente na formação paraibana, sendo que, por circunstâncias interessantes, Ratzel tambem atua com suas concepções sociais naquela colonização, onde tanto o homem marcou a sua ação o meio, como o meio debrou-se sôbre o homem, e o vínculo do rio Paraíba, artesão popular de massas humanas, que se banharam em suas águas e nelas tiveram as suas entradas e saidas para o mar.

Gabriel Soares, no "Tratado Discritivo do Brasil em 1587", mimudência, embora sem encadeiamento social e finalidades ecológicas, a vida dêsse pequeno rio brasileiro que, mesmo pequeno, criou uma civilização nas suas beiradas, engenhos que se transformaram em usinas, onde o negro sofreu o açoite e a morte, e onde o escravo moderno carpe as amarguras do sofrimento social, que ainda não passou, e aguarda na sua desdita uma clareira de sol para os seus destinos.

Diz-nos Gabriel Soares, fazendeiro que foi no Recôncavo Baiano, transfigurado mais tarde em historiador, nas páginas 21, 23, 24, 25 e 26, da sua obra:

"Na Baía de todos os Santos soube o General Diogo Flôres, vinha aí do Estreito de Magalhães com seis náos que lhe ficaram da armada, que levou, como os moradores de Pernambuco e Tamaracá pediam muito afincadamente ao Governador Manoel Teles Barreto, que então era do Estado do Brasil, que os fosse socorrer contra o gentio Potiguar que os ia destruindo, com o favor e ajuda dos franceses, os quais tinham neste rio da Paraíba quatro navios para carregar do pau da tinta; e, posto este negócio em conselho, se assentou que o Governador naquela confusão não era bem que saisse mais de seis meses que era à ela chegado, onde tinha por favor em grandes negócios convenientes ao serviço de Deus e do El-Rei e do bem comum, mas que, pois naquele porto estava o General Diogo Flores, com aquela armada e Diogo Vaz da Veiga com duas náus poreuguesas da armada em que do reino fora o governador, das quais tinha por Capitão para o Reino, que um capitão e outro fossem fazer este socorro, indo por cabeça principal o capitão Diogo Flores de Balvez, o qual chegou a Pernambuco com a armada toda junta, com que veio o ouvidor geral Martim Leitão e o provedor mór Martim Carvalho para em Pernambuco a favorecerem com gente e mantimentos, como o fizeram, a qual gente foi por terra e o general por mar com esta armada, com a qual ancorou fóra da barra, e não entrou dentro com mais que com a sua gravata e com uma nau de Diogo Vaz da Veiga, de que era capitão Pedro Correa de Lacerda, em a qual o mesmo Diogo Vaz ia, e com todos os batéis das outras naus. Em os francezes vendo esta armada puzeram fogo às suas naus e lançaram-se com o gentio, com o qual fizeram mostras de quererem impedir a desembarcação, o que lhe não serviu de nada, que o general desembarcou a pé enxuto sem lho poderem impedir, e chegou a gente de Pernambuco e Itamaracá por terra com muitos escravos, e todos juntos ordenaram um forte de terra e faxina onde se recolheram, no qual Diogo Flores deixou cento e tantos homens dos seus soldados com um capitão para os caudilhar, que reclamava Francisco Castrejon que se amassou tão mal com Frutuoso Barbosa, não o querendo conhecer por governador, que foi forçado a deixá-lo neste forte só e ir-se para Pernambuco, de onde se queixou à sua Magestade para que provesse sobre o caso, como lhe parecesse mais seu serviço. E sendo ausente Frutuoso Barbosa, veiu gentio por algumas vezes afrontar este forte e pô-lo em cerco, o qual sofreu mal o Capitão Francisco

Castrejon, e, apertado aos trabalhos, desamparou este forte e o largou aos contrários, passando-se por terra à capitania de Tamaracá que é daí dezoito léguas; e pelo caminho que lhe marcou o gentio alguma gente que lhe ficou atrás, com foram mulheres e outra gente fraca, mas sabendo os moradores de Pernambuco este detroço, se ajuntaram e tornaram a este rio da Paraíba, com Frutuoso Barbosa, e se tornaram a apoderar deste forte, o qual Sua Magestade tem agora socorrido com gente, munições e mantimentos necessários, a quem já juntou uma aldeia de gentio Tupinambá, que se apartou dos Potiguares, se veio viver à borda da água, para ajudar a favorecer este forte. Este rio da Paraíba é muito necessário fortificar-se, á uma por tirar esta ladroeira dos franceses dele, à outra por se povoar, pois é a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de açucar. E povoado este rio, como convem, ficam seguros os engenhos da capitania de Tamaracá e alguns da de Pernambuco, que não lavram com temor dos Potiguares, e outros se tornarão a reformar, que eles queimavam e destruiam. Dos quais Potiguares é bom que façamos este capítulo que se segue antes que saiamos do seu limite".

"Do rio da Paraíba, que se diz tambem o Rio de S. Domingos, ao Rio de Jagoaripe são duas léguas, em o qual entram barcos. Do rio de Jaguaripe ao da Aramama são duas léguas, o qual está em altura de sete graus, onde entram caravelões dos que navegam entre a terra e o arrecife. Deste rio ao da Abionabiajá são duas léguas, cuja terra é alagadiça quase toda, e entre um rio e o outro ancoravam os tempos passados naus francesas, e daquí entravam para dentro. Deste rio ao da Capivarimirim são seis léguas, o qual está em altura de seis graus e meio, cuja terra é toda chã. De Capivamirim a Tamaracá são seis léguas, e está em sete graus e um terço. Tamaracá é uma ilha de duas léguas onde está a cabeça desta capitania e a vila de Nossa Senhora da Conceição. Do redor desta ilha entram no salgado cinco ribeiras em três das quais estão três engenhos; onde se fizeram mais, se não foram os Potiguares que vem correndo a terra por cima e assolando tudo. Até aquí, como já fica dito tem o rio Tamaracá umas barreiras vermelhas da ponta da barra; e quem houver de entrar por ela dentro ponha-se nordeste sudeste com as barreiras, e entrará à barra à vontade e daí para dentro o rio ensinará por onde hão de ir. Por esta barra entram navios de cem toneis e mais a qual fica da banda do sul da ilha, e a outra barra da banda do norte se entra ao sueste, pela qual se servem os caravelões da costa. De Tamaracá ao rio de Igaraçú são duas léguas, donde se extrema esta capitania da

de Pernambuco; desta capitania fez el-rei D. João III de Portugal mercê de Pero Lopes de Souza, que foi um fidalgo muito honrado, o qual, sendo mancebo, andou por esta costa com armada à sua custa, em pessoa foi povoar esta capitania com moradores que para isso levou do porto de Lisboa de onde partio; no que gastou alguns anos e muitos mil cruzados com muitos trabalhos e perigos, em que se viu, assim no mar pelejando com algumas náos francezas que encontrava (do que os franceses nunca sairam bem), como em terra em brigas que com eles teve de mistura com os Potiguares, de quem foi por vezes cercado e ofendido, até que os fez afastar desta ilha de Tamaracá e visinhança dela: e esta capitania não tem mais de vinte e cinco ou trinta leguas, por Pero Lopes de Souza, não tomar as cinqüenta léguas da costa que lhe fez mercê S. A. todas juntas, mas tomou aquí a metade e a outra demasia junto, à Capitania de S. Vicente, onde chamam Santo Amaro.

"Não é bem que passemos já do rio da Paraíba, onde se acha o limite por onde reside o gentio Potiguar, que tanto mal tem feito aos moradores das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, e à gente dos navios que se perderam pela costa da Paraíba até ao rio do Maranhão. Este gentio senhoreia esta costa do Rio Grande até ao da Paraíba, onde se confinaram antigamente outro gentio, que chamam os Caytés, que são seu contrários, e se faziam cruelíssima guerra uns aos outros e se fazem ainda agora pela banda do sertão onde agora vivem os Caytés e pela banda do Rio Grande são fronteiros dos Tapuias, que é a gente mais doméstica, com quem estão às vezes de guerra e às vezes de paz, e se ajudam uns aos outros contra os Tabajaras, que visinham com eles pela parte do sertão. Costumam esses Potiguares não perdoarem a nenhum dos contrarios que cativam, porque os matam e comem logo. Este gentio é de má estatura, braços de côr, como todo o outro gentio; não deixam crescer nenhum cabelos no corpo senão os da cabeça porque em êles nascendo os arrancam logo; falam a língua dos Tupinambás e Cayetés; teem os mesmos costumes e gentilidades, o que declaramos ao diante no título dos Tupinambás. Este gentio é muito belicoso, guerreiro e atraiçoado, e amigo dos franceses, a quem faz sempre bôa companhia, e industriado deles inimigo dos portuguezes. São grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre mui providos, e são caçadores e tais flecheiros, que não erram flechada que atirem. São grandes pescadores de linha, assim no mar como nos rios de água doce. Cantam, bailam, comem e bebem pela ordem dos Tupinambás, onde se declarará miudamente sua vida e costumes, que é quase o geral de todo o gentio da costa do Brasil".

Foi pelo rio Paraíba que desceram Frutuoso Barbosa, Martim Leitão e João Tavares. Por êle é que chegaram, a 5 de Agosto de 1585, os promotores das pazes com selvagens, até aquele ponto fortificados pelo mameluco e pelo francês puro, nas suas traficâncias com o pau-brasil. Por êle é que os Potiguares tiveram de fugir batidos e derrotados pelos Tabajaras, sem o que as pazes com os colonizadores teriam demorado mais. Pelas suas águas, às vezes baldeadas e sujas, cheirando a polvora, é que desembarcaram, a 4 de Novembro de 1585, as famílias, os operários, os artífices, os apetrechos de construção, para que, no dorso da colina, se pudesse construir a cidade de Nossa Senhora das Neves, mais tarde tão célebre nas lutas e nas revoluções de 1817, de 1824, de 1848 e de 1930.

Rio condensador humano e fixador de almas, êle deu tambem os seus grandes filhos, focalizados para longe, mas sempre a amá-lo e sempre a querê-lo. É de pertinho de sua faixa esbranquiçada que veiu José Lins do Rego. Nasceu alí ao cheiro das enchentes, pescando piabas de anzol e armando esparrelas e e arapucas nas suas moitas vizinhas. E tanto bem ficou querendo ao seu criador, que é de "Menino de Engenho", a mais bonita descrição de sua enchente e talvez a descrição mais emotiva, mais real, mais precisa, fixa e firme da língua portuguesa, falada no Brasil. É uma página de antologia, real e brasileira porque, filho da água barrenta, Lins do Rego embebedou-se daquela realidade e pintou o que durante tôda a infância fôra a paisagem das suas vistas, o quadro nítido do seu coração.

Esta, meus senhores, é a minha visão, no momento, da geo-história do Rio Paraíba, do Norte, tortuoso e imenso, no seu silêncio, a contorcer-se de revolta, arrancando pontes e casas, matando homens, como a fera assanhada, por entre os pedregulhos das serras e dos chique-chiques paraibanos, como quem diz aos que o esqueceram: eu fui a tua vida, o teu motivo, a tua unidade, o teu criador; eu aguei as terras do teu pai, fiz crescer o capim para o seu boi comer, lavei os teus pés e a tua roupa, e por que me abandonas? por que me esqueces? por que te envergonhas de mim?

RESUMO EN ESPERANTO

Profesoro Luiz Pinto, membro de la Literatura Akademio el Ŝtato Paraíba, okaze de sia ekposedo kiel ano de la Societo de Geografio, faris komunikaĵon titolitan "Rivero Norda Paraíba — Homa Fiksanto", en kiu li pripa-

rolis pri la morfologio de la regiono, pri la historio de la koloniigo de Ŝtato Paraíba kaj pri la influo, kiun havas tiu rivero sur la destinon de la loĝantaroj de tiu Nordorienta Ŝtato.